

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
CURSO XLIV

MONOGRAFIA

**IMPLEMENTAÇÃO DE UM MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO DA JID
COMO INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO
DAS ORGANIZAÇÕES DE DEFESA HEMISFÉRICA**

Coronel Art LUIZ ROBERTO MILANELLO
Exército Brasileiro



FORT LESLEY J. McNAIR
WASHINGTON, DC, MAIO 2005

**IMPLEMENTAÇÃO DE UM MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO DA JID COMO
INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE DEFESA HEMISFÉRICA**

POR

Coronel Art LUIZ ROBERTO MILANELLO

Exército Brasileiro

Monografia apresentado ao Colégio
Interamericano de Defesa como requisito para a
obtenção do Diploma de aprovação do Curso
Superior de Defesa e Segurança Hemisférica.

FORT LESLEY J. McNAIR
WASHINGTON, DC, MAIO 2005

Certifico que revisei este trabalho de investigação
e o considerei ajustado às Normas e Metodologia
do CID.

Coronel Av AUDÁLIO MONTEIRO JÚNIOR
Força Aérea Brasileira
Assessor Guia

Data

NOTA DE ESCLARECIMENTO

As opiniões emitidas no presente trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor e não representam a posição do CID.

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o Colégio Interamericano de Defesa a publicar este trabalho, como artigo de Leitura Seleccionada na Revista do Colégio, com a condição de que se incluam em dita publicação a totalidade das notas bibliográficas do trabalho de investigação.

Coronel LUIZ ROBERTO MILANELLO

Exército Brasileiro

RESUMO

A idéia de se criar uma união de países americanos para promover a defesa hemisférica é bastante antiga, vem da época das primeiras independências dos países hispano-americanos, no início do século XIX. Essa nova conformação política foi conseguida à base de lutas e guerras contra as metrópoles européias dominantes. Entre seus idealizadores destaca-se Simon Bolivar, o Libertador, o qual a delineou e buscou implementá-la ao longo de sua vida, lançando uma semente que só vingaria mais de 100 anos depois. Essa intenção envolveu inicialmente poucos países e ao iniciar-se o século XX, tomou maior importância, materializando-se durante a II Guerra Mundial, num processo em que foram criadas a Junta Interamericana de Defesa (JID), em 1942, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, seguindo a tendência da época de criação de blocos de países, face ao início da bipolaridade e da Guerra Fria que se implantaria a seguir. Foi necessário que um conflito mundial se alastrasse a tal ponto de ameaçar diretamente todas as nações americanas para que se rompesse o imobilismo que havia impedido aquele intento até então.

Nos anos da Guerra Fria, as atenções mundiais voltaram-se para as disputas entre capitalismo e comunismo, tendo como teatro principal a Europa. A América ficou restrita à contenção do avanço comunista, vindo, ao longo das décadas de 60, 70 e início dos anos 80, a implantação de inúmeros regimes autoritários de direita. O único país, nesse período, que sucumbiu ao comunismo e ainda nos dias de hoje não se converteu em uma decocracia é Cuba.

Depois de três décadas de ameaça comunista no hemisfério, os ventos da globalização, modernização e democracia, associados ao colapso da ex-URSS, um dos polos da Guerra Fria, trouxeram mudanças significativas no cenário mundial. Foi a chamada Nova Ordem. A partir dos anos 90, um único país passou a deter a hegemonia mundial, os Estados Unidos da América.

Os novos tempos trouxeram também novas ameaças. Terrorismo, tráfico de drogas, crime organizado, lavagem de dinheiro, corrupção descontrolada, crises das democracias e instituições, meio ambiente, migrações ilegais, entre outros, os quais vêm comprometendo a estabilidade dos estados. São as “ameaças não-convencionais”, às quais se somam as “ameaças multidimensionais”: fome, pobreza, doenças, falta de educação, temas de governabilidade, os quais vêm mudando as perspectivas de segurança e defesa de todos os países.

Ao longo desses 60 anos de existência, a JID vem atuando nas matérias para a qual foi criada, ou seja, o planejamento do defesa hemisférica contra as ameaças tradicionais. Seu definitivo marco

jurídico e atribuições vêm sendo postergados, desde sua criação, e não foram ainda estabelecidos, o que espera-se ocorrerá em 2005.

Paralelamente, outros Organismos de Segurança e Defesa Hemisférica vêm desempenhando seu papel, como é o caso das Conferências e Reuniões entre as diferentes Forças Singulares das Forças Armadas do Hemisfério, obtendo significativos resultados para o entendimento, o aumento da confiança mútua e a cooperação no hemisfério. Embora não seja um foro permanente, essas instituições têm um papel importante na integração, conjunção de esforços e cooperação entre os países. Outro aspecto também importante, é que elas representam o campo militar dentro do complexo ambiente em que a Segurança e Defesa estão envolvidas, nos dias atuais.

A JID, representando o campo militar e a defesa tradicional, deve transformar-se e ajustar-se às necessidades desses novos tempos e, para isso, pode desempenhar um papel muito importante de coordenação dos assuntos de interesse dos países nos foruns desenvolvidos pelas Forças Armadas.

Esta monografia trata desses assuntos e da proposta de estabelecimento de um mecanismo de participação e coordenação por parte da JID, nos assuntos de Segurança e Defesa Hemisféricas, nas reuniões e conferências desses organismos.

ÍNDICE

	Páginas
RESUMO	I
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 2 – CONCEITOS	03
2.1 Segurança e Defesa	03
2.2 Mecanismos de participação da JID / OEA	08
2.3 Organismos de Segurança e Defesa Hemisférica (OSDH)	08
2.4 Instâncias de participação	09
CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO DA DEFESA HEMISFÉRICA	11
3.1 Antecedentes históricos	11
3.2 Durante a Guerra Fria	13
3.3 A queda do Muro de Berlim e a extinção da URSS – Nova Ordem Mundial	15
3.4 Terrorismo	17
CAPÍTULO 4 – A JID E OS OSDH	23
4.1 A JID	23
4.2 Organismos do Sistema Interamericano de Defesa	30
4.3 Vínculos entre a JID e os OSDH	36
CAPÍTULO 5 – UMA PROPOSTA DE MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO DA JID COM INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS DE SEGURANÇA E DEFESA HEMISFÉRICA	38
5.1 Considerações	38
5.2 A JID e a Conferência de Ministros de Defesa Hemisférico	40
5.3 A JID e as Conferências das Forças Singulares	41
5.4 Áreas de Coordenação	43
5.5 Mecanismo	44
5.6 Critérios da Proposição	46
ANEXOS	
A – Esquema de Relacionamento entre a JID e os Órgãos de Segurança e Defesa Hemisférica	A1
B – Relação dos Estados-Membros da OEA, JID, CEA, CNI e SICOFFAA	B1
C – Glossário	C1
BIBLIOGRAFIA	IV

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

A busca de uma forma de participação mais efetiva da JID nos assuntos de Segurança e Defesa e nos Sistemas de Cooperação Interamericana é uma aspiração não muito recente da Organização dos Estados Americanos e da própria JID, entidades que já existem há mais de 50 anos. Durante essa longa jornada, mais de meio século, entretanto, a situação jurídica e institucional da JID com a OEA nunca foi completamente resolvida e aguarda uma decisão para o corrente ano.

Já no início da década de 90, com o fenômeno da Globalização, a queda do Muro de Berlim, a extinção da URSS e o fim da Guerra Fria, foi criada uma Comissão Especial de Segurança Hemisférica, posteriormente transformada em Comissão de Segurança Hemisférica, com a missão de redefinir os conceitos existentes e propôr o vínculo jurídico da JID com a OEA, bem como seu mandato.

Enquanto persistiu a Guerra Fria, entre o final da II Guerra Mundial (1945) e a Queda do Muro de Berlim (1989), e a bipolaridade entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, mantendo o equilíbrio mundial, os organismos criados para fazer face às ameaças existentes tinham bem clara e definida sua função. Havia uma clara percepção de onde estava o inimigo; como e o que fazer para se contrapor a ele. Com as mudanças ocorridas na década de 80, gerada pelo extraordinário avanço dos meios de comunicação, o desenvolvimento do comércio mundial e o surgimento de novas ameaças e preocupações, tornou-se essencial buscar mudanças para atender esta nova situação.

Desde a década de 60, as Forças Armadas de diversos países americanos têm buscado estreitar os laços de amizade, cooperação, troca de experiências e confiança mútua. Naquela época foram criados organismos com esse objetivo, que continuam a exercer seu papel até os dias de hoje. Mais recentemente, com a criação dos Ministérios de Defesa na maioria dos países da América do Sul, vêm sendo realizadas as Conferências dos Ministros de Defesa das Américas, considerada pela Conferência Especial sobre Segurança e Defesa¹, conduzida pela OEA, como o foro apropriado para promover o conhecimento recíproco, a confiança mútua, o diálogo e a transparência em matéria de defesa.

¹ Nr 18 da Declaração sobre Segurança nas Américas, Cidade do México, México, 28 Out 2003.

Existem, portanto, várias organizações que realizam reuniões periódicas nas quais a JID poderia ter uma participação mais ativa, com maior efetividade, atuando como retroalimentador entre o sistema de segurança hemisférica e o mais alto nível dos respectivos sistemas de segurança das Forças Singulares de cada país membro da OEA, dando uma visão ampla, capaz de integrar todos os instrumentos e mecanismos que fortaleçam a dinâmica do grande sistema multidimensional hemisférico.

Para um melhor entendimento do tema, foram levantados alguns conceitos e idéias achados pertinentes relativos a Segurança e Defesa, colocados no capítulo 2. Foram também pesquisados e relatados no capítulo 3, um panorama dos principais acontecimentos e fatos marcantes que efetivamente mudaram a feição do mundo nos últimos 20 anos. No capítulo 4, foi apresentada uma vista do que é a JID, sua missão, constituição, atividades e integrantes, bem como dos Organismos de Segurança e Defesa Hemisféricos (OSDH), com os quais interessa à JID estreitar os laços.

Por último, no capítulo 5, foram levantadas idéias de como a JID poderia fazer-se mais presente nos foros dessas organizações de âmbito militar existentes no hemisfério americano, aproveitando seu enorme potencial humano, estrutura e suas experiências, fazendo a ligação entre a OEA e essas organizações.

CONCEITOS

2.1 Segurança e Defesa

Esses conceitos estão já em discussão há alguns anos na JID e na OEA, e ainda não se encontrou um consenso que defina de forma definitiva essas duas idéias. Uma concepção bastante coerente é a que se segue.

Segurança é um estado, um sentimento de estar livre de ameaças ou longe delas e é decorrente de ações que buscam eliminar as vulnerabilidades. Para os Estados, essas ações têm a ver com os denominados campos do poder (político, psicossocial, econômico e militar).

Defesa é um ato, um conjunto de medidas, ações e recursos orientados para a manutenção da segurança, cabendo à área militar a responsabilidade primária por sua execução. Sem segurança não existirão condições para o desenvolvimento econômico e social de um país, portanto, as questões relativas à segurança devem sempre preceder o estabelecimento de uma política de defesa. Primeiro, é preciso estabelecer as bases sobre as quais possam se assentar a segurança de seus cidadãos, das próprias nações e, por fim, do Hemisfério como um todo. Depois, estabelecer como será a defesa, caso essas bases sejam ameaçadas de rompimento.

Em termos políticos, o mundo pode até haver se tornado menos perigoso na improbabilidade de holocausto nuclear no cenário internacional de hoje, porém, em termos econômicos, acha-se mais complexo e vive sob maior risco de confrontos. As grandes guerras parecem estar afastadas, mas a selvagem luta econômica global e o surgimento no horizonte do fantasma de moderna guerra irregular mundial, assimétrica, sem fronteiras, presenciada nos dias atuais, alertam para o risco de descontrole geral com degeneração em conflito armado de diversas intensidades, de dimensões imprevisíveis. A globalização, que inicialmente parece aproximar e tornar as culturas mais conhecidas umas das outras, está, com o passar do tempo, colocando a descoberto as principais diferenças e divergências entre as culturas, o que acirra os ressentimentos e desconfianças do passado.

Qualquer que seja a evolução da arte da guerra, decorrente do novo quadro mundial delineado no limiar do século XXI, o papel universal e perene das Forças Armadas continua imutável na grande maioria dos países – dissuadir agressões (estratégia de defesa preventiva) e preservar a soberania nacional. Sendo uma instituição que envolve enormes gastos de recursos orçamentários, é de se esperar que a sociedade lhe cobre também outros benefícios, em particular, na cooperação com o desenvolvimento nacional, nos momentos de calamidade pública e como última instância, na manutenção da ordem pública.

O papel das Forças Armadas, então, deve ser coerente com os anseios e fins do Estado e da própria sociedade em geral. Daí a idéia consagrada de que as Forças Armadas constituem um prolongamento da sociedade a que pertencem – razão por que são instituições nacionais e permanentes. No caso de descompasso entre as Forças Armadas e a sociedade, resultam choques, rupturas e conflitos, com sérios prejuízos para a estabilidade, a liberdade e a paz social.

É interessante ressaltar, ao se abordar o binômio política externa e política de defesa, que as conquistas ou a defesa de interesses vitais pela diplomacia só se viabilizam quando há por trás dela uma força capaz de respaldá-la, isto é, no mundo atual, mesmo num contexto de “paz e cooperação”, prevalecem os reclamos dos países fortes e poderosos.

Quando um povo atinge o estágio cultural de nação e organiza o Estado, este tem como atributos essenciais da soberania, a manutenção da independência da nação no concerto das demais, caracterizada pelo fato da vontade nacional não se submeter à de nenhuma outra, e a supremacia da ordem interna traduzida pelo poder de que é investido o Estado para se impor aos demais poderes institucionais no interior do seu território.

Para isso, as Forças Armadas da maioria dos países latino americanos, normalmente, se destinam à defesa do território, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e a honrar compromissos internacionais, além de participarem de atividades subsidiárias. Sem prejuízo das suas missões principais, fixadas pela destinação constitucional, as Forças Armadas executam ações implícitas de interesse militar nos campos científico-tecnológico, econômico e social em que houver carência da participação da iniciativa privada ou governamental, bem como de apoio à Defesa Civil em casos de calamidade pública e emergência, ou humanitários.

Vale salientar que, a despeito do mundo sentir-se menos perigoso ou não com o término da Guerra Fria, no contexto da pretendida "Nova Ordem Internacional", as Forças Armadas se fazem, mais do que nunca, indispensáveis, por se constituírem em instituições nacionais permanentes, cuja destinação, emanada dos textos constitucionais, com ligeiras diferenças, continuam sendo universais e não podem ser delegadas a milícias, a outros Estados ou a organismos internacionais. Do contrário, os princípios basilares de soberania e de autodeterminação, fundamentos do Direito Internacional, da Declaração dos Direitos e Deveres do Homem, da Carta da ONU, da Carta da OEA e da Carta Democrática da OEA ficariam definitivamente comprometidos. O grande escritor e estadista brasileiro, Rui Barbosa² sentencia que *"o antagonismo habitual entre a força e a liberdade não nos deixa, ordinariamente, ver que a liberdade também necessita de força e a força de liberdade"*³.

Na esfera da defesa coletiva, é preciso também uma nova visão que tenha por foco o respeito a opiniões e idéias de todos os participantes da aliança, resguardados seus interesses e valores. Nenhum Estado pode ser compelido a cumprir missão que ultrapasse suas possibilidades e fira a respectiva soberania. A defesa coletiva deve centrar-se em cooperação e não em integração ou alinhamento automático.

Há que se ajustar o Sistema de Defesa Hemisférico à Revolução em Assuntos Militares⁴ e à revolução geopolítica em processamento no mundo, decorrente da Globalização, da queda do Muro de Berlim e dos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, entre outros fatores.

O grande problema na definição do que se entende por Segurança e Defesa é encontrar um consenso, um meio termo para uma definição que atenda a todos, o que é quase impossível num

² Rui Barbosa (1849-1923), advogado, escritor e estadista brasileiro, foi Ministro da Economia e Representante do Brasil na Corte Internacional de Haia, Holanda, em 1907.

³ "Obras Completas de Rui Barbosa". V. 46, t 2, 1919, p 177.

⁴ O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS: reflexões sobre política de defesa. Artigo do Cel Art R1 Luiz Paulo Macedo Carvalho. Página da Internet: <http://www.reservaer.com.br/est-militares/papaeldasFFAA.html>

hemisfério que possui mais de 30 países, com diferentes tamanhos, seja em território e população, diferentes graus de desenvolvimento econômico, social e de qualidade de vida, diferentes interesses, ameaças e preocupações.

Alguns países, particularmente, os EUA e o Canadá, sugerem que sejam feitas mudanças urgentes e solicitam maior atuação dos instrumentos de segurança e defesa, devido aos acontecimentos ocorridos em 11 Set 01, fato este que despertou nos mesmos, assim como em grande parte das nações desenvolvidas, maior preocupação pela possibilidade das ameaças de ataques terroristas dentro dos seus próprios territórios.

Depois de estudar o assunto e analisar as diferentes posições a respeito, é interessante verificar-se o posicionamento apresentado pelo Embaixador Valter Peçly Moreira, representante permanente do Brasil junto à Comissão de Segurança Hemisférica, na reunião realizada em 05 Nov 02. Nesse documento, que pode ser encontrado na página Web da OEA⁵, existem algumas idéias que serão a seguir comentadas. Essas idéias parecem coerentes e possíveis de ajustar-se aos diversos entendimentos que os países têm de Segurança e Defesa, permitindo uma definição mais equânime em relação à totalidade das nações.

De acordo com o pensamento do representante diplomático brasileiro, a Segurança e Defesa no Hemisfério Americano poderia ser dividida em 3 capítulos, áreas ou seções:

- **“Segurança Tradicional”** – que se refere àquilo que diz respeito à prevenção de conflitos entre Estados e o papel das estruturas nacionais de defesa. Assim, seriam considerados os elementos relacionados diretamente com essa vertente, como os mecanismos a serem acionados em caso de agressão externa regional ou extracontinental, bem como medidas de fortalecimento da confiança mútua (livros brancos, transparência nos relatórios de gastos militares e nas relações de equipamentos e armamentos existentes), desminagem, relacionamento entre civis e militares. Aqui estariam basicamente os componentes político e militar dos países. Representando o militar, a JID, que é uma instituição com mais de 60 anos de existência e larga experiência no trato de assuntos relacionados com a segurança e defesa, poderia funcionar como uma equipe de especialistas, tipo um Estado-Maior Conjunto, para acompanhar a situação hemisférica e mundial, assessorando o Conselho de Segurança Hemisférica ou mesmo o Conselho Permanente na avaliação periódica do campo militar;

- **“Ameaças Não-Tradicionais”** – refere-se àquelas que partem de atores não-estatais, mas que constituem perigo real e imediato e expõem o Estado, suas instituições e seus cidadãos a grandes

⁵ <http://www.oas.org/main/main.asp?sLang=P&sLink=../../doments/por/structure.asp>

riscos como o narcotráfico, o crime organizado, o terrorismo e o tráfico ilícito de armas e de pessoas, entre outros. Atuariam aqui as instituições políticas e, principalmente, policiais, de uma maneira articulada, eficiente e de forma sistêmica. Se as redes criminosas e terroristas atuam transnacionalmente sob a forma de “networks”, a resposta deve ser também muito bem coordenada nos níveis doméstico, sub-regional e hemisférico, de forma diligente, por meio da formação de redes de cooperação, sendo essencial para que qualquer ação contra esse tipo de ameaça tenha um mínimo de chance de êxito; e

- **“Ameaças Multidimensionais”** – compreende as ameaças à segurança em seu sentido amplo, genérico, abrangente. Entre estas, estariam as que possuem aspectos apontados como causas estruturais dos problemas de segurança vividos por grande parte das populações dos países da região, os menos desenvolvidos. Estão excluídos os aspectos que se relacionam com a defesa tradicional e aqueles ligados às ameaças não-tradicionais, já relatados acima. Em conjunto com os aspectos mencionados anteriormente, dão um caráter bem mais abrangente à Segurança Hemisférica. Entre os assuntos relacionados às ameaças multidimensionais estão incluídos: a pobreza crítica (extrema); os desastres naturais; as questões de saúde, em especial a do HIV/AIDS; a do meio ambiente; a do comércio; a da corrupção; a das migrações e a toda uma gama de outros fatores que afetam, direta ou indiretamente, os níveis de segurança dos países membros, porém que não têm origem na agressão externa, armada, de um Estado contra outro, nem na ação de organizações criminosas transnacionais ou grupos terroristas.

Neste setor, estariam engajadas as instituições e organizações políticas e governamentais, seja no nível sub-regional ou regional, buscando a coordenação de ações, realizando o bem comum do hemisfério como um todo.

A figura a seguir traz um esquema de entendimento dessa visão da Segurança Hemisférica.



Fig 1. Esquema “Segurança e Novas Ameaças”

2.2 Mecanismos de participação da JID / OEA

A JID tem de buscar sua inserção nas atividades da OEA e nos demais organismos de segurança e defesa do hemisfério pautada por sua capacidade de responder às necessidades dessas organizações e dentro dos critérios estabelecidos nos mandatos já definidos dentro do marco jurídico da OEA, ou ainda em discussão.

Enquanto existiu a ameaça potencial da ex-URSS, que se confrontava diretamente com a OTAN na Europa Ocidental, e a Guerra Fria, com a atuação de líder de bloco exercida pelos EUA, o papel da JID ficou num plano secundário, uma vez que esta superpotência proporcionava a defesa militar do hemisfério como um todo face à ameaça nuclear e militar soviética e que a ocorrência de conflitos armados entre estados era contida pelas lideranças dos blocos em oposição, por meio do

Conselho de Segurança da ONU. Não houve, portanto, até o advento da nova ordem mundial, motivação suficiente para que os organismos hemisféricos tivessem um papel mais relevante.

2.3 Organismos de Segurança e Defesa Hemisférica (OSDH)

Definir o Sistema de Segurança e Defesa Hemisférica torna-se uma tarefa bastante difícil nos dias atuais, em virtude de que continuam em estudo, análise, discussão e redefinição, no âmbito da OEA, os conceitos de segurança e defesa, com a finalidade de estabelecer seu significado, alcance e implicações, com o propósito de desenvolver os enfoques comuns mais apropriados, que permitam examinar seus diversos aspectos, inclusive o desarmamento e o controle de certos armamentos; bem como o papel, a missão e atribuições da JID e sua ligação com a OEA.

Os conceitos de Segurança e Defesa vêm evoluindo gradualmente após o fim da Guerra Fria e o desaparecimento da URSS, e ainda mais, após os acontecimentos de 11 de setembro nos EUA. As novas ameaças, detectadas no final dos anos 80 e na década dos 90, e que trazem a insegurança às populações, com origens nos quatro campos do poder – não mais somente no militar –, incluem o crime organizado, o tráfico de drogas, o terrorismo, a corrupção, a saúde pública, a pobreza extrema, entre outras mazelas deste início do século XXI, as quais ficaram mais expostas com o fenômeno da globalização.

A JID representa o campo militar, bem como ocupa-se de atividades voltadas para a paz e a cooperação entre os países. Como exemplo dessas atividades tipicamente militares, tem-se a Missão de Desminado nas Américas Central e do Sul (de enorme sucesso e repercussão e que tem sido elogiada frequentemente em documentos da OEA e Conferência dos Ministros de Defesa) e a Promoção de Medidas de Confiança Mútua, além de discussão de temas comuns nos foros das assembléias dessa organização.

Entretanto, pode-se dizer que o Sistema de Segurança Hemisférico é um conjunto de Instituições e documentos que formam o arcabouço para solução de problemas relacionados à Segurança e Defesa coletivos dos países do Hemisfério Americano. Os documentos básicos são o TIAR, a Carta da OEA e o Tratado de Tlateloco.

Os principais organismos, do mais alto nível, que proporcionam tribunas para discussões regionais de políticas de segurança são a Cúpula das Américas, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Reunião dos Ministros de Defesa das Américas, a Comissão de Segurança Hemisférica e a Junta Interamericana de Defesa (JID).

Conta-se ainda, com componentes subregionais, através de acordos, os quais contêm referência à segurança ou a conceitos correlatos. Entre os mais importantes estão: o Grupo de Rio, o Tratado de Segurança Democrática da América Central, o Sistema de Segurança Regional do Caribe Oriental e o Mercosul.

Existem também, órgãos eminentemente militares que foram criados na década de 60, com a finalidade de constituir um foro de debates, troca de idéias e experiências, bem como fortalecer a confiança mútua. São eles a Conferência Naval Interamericana (CNI), a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA) e o Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (SICOFAA).

2.4 Instâncias de participação

A participação da JID nas reuniões e conferências poderia dar-se de uma forma mais profunda que depende, entretanto, do nível de engajamento da mesma nos referidos organismos. Para efeito didático, classificou-se a profundidade em níveis de 1 a 4, do mais superficial para o mais profundo.

Visualiza-se que os níveis de engajamento (ou instâncias) poderiam ser conforme a seguir descrito.

a. **Membro** – integrante de um grupo que se reúne periodicamente e que possui afinidades, destinação e laços em comum. No caso, seriam da mesma Força Singular ou do mesmo nível. O membro participa mais ativamente do grupo, tem mais experiência nas peculiaridades a serem discutidas ou compartilhadas e tem mais áreas em comum para cooperação. O nível de engajamento é profundo e completo (4). Tem direito a voz e voto. As decisões e recomendações são ratificadas e aceitas voluntariamente pelos membros, já que são obtidas depois de discussões e debates com a participação de todos no mesmo nível;

b. **Representante** – é aquele que é enviado por um órgão ou autoridade para representá-lo num determinado evento. No caso dos OSDH, a JID seria o representante da OEA para acompanhar as discussões, debates e troca de idéias, colher e levar informações de interesse da Segurança e Defesa Hemisférica, apresentar resultados de atuações de Força ou Forças Armadas, atuando em prol da Segurança e Defesa Hemisférica, solicitar apoio, apresentar sugestões de temas e assuntos para debate, funcionando como elo de ligação entre o pensamento político em andamento na OEA com o pensamento estratégico/operacional em discussão nas reuniões e conferências. Participa

moderadamente. Pode ter direito a voz, mas, normalmente, não tem direito a voto. Nível de engajamento médio (3).

c. **Convidado** – depende do interesse do organizador da reunião ou conferência em emitir convite para a participação e do desejo de que participe do evento. O convidado normalmente só participa da agenda estabelecida pelos organizadores. Não tem direito a voz nem a voto. O nível de engajamento é baixo (2);

d. **Observador** – é aquele participante não integrante do grupo, que possui algum interesse nos aspectos e assuntos discutidos. Normalmente participa por solicitação própria, voluntária, ou a convite. Envolve-se muito pouco. Não tem direito a voz nem a voto. O nível de engajamento é mínimo (1);

Capítulo 3

EVOLUÇÃO DA DEFESA HEMISFÉRICA

Os princípios que norteiam o Sistema Interamericano nasceram com a necessidade de sobrevivência das nações recém-independentes nas Américas contra ameaças externas. Para elas, a razão e o direito internacional eram mais importantes que o emprego da força, tendo em vista a grande diferença de poder entre as nações. Na primeira metade do século XX, a situação mundial obrigou os países americanos a se unirem, buscando alianças militares face às ameaças dos países beligerantes da Europa. Nascia, assim, no contexto do segundo conflito mundial, o Tratado Interamericano de Defesa Recíproca (TIAR), a Junta Interamericana de Defesa (JID) e a própria Organização dos Estados Americanos (OEA), que apesar de serem aspirações antigas, já sonhadas pelos libertadores das colônias, não tinham sido cristalizadas até aquele momento.

Neste capítulo, serão vistos de forma muito sucinta a evolução e os fatos que marcaram esse período, e após a criação desses organismos, para chegarmos aos dias e à situação atual.

3.1 Antecedentes históricos

Paralelamente à independência das nações americanas, surge a insegurança e a necessidade de uma associação de estados frente a qualquer ameaça externa, como se verifica no rol dos eventos que se seguem.

a. Em 22 de Junho de 1826, ocorreu o Primeiro Congresso Continental, realizado no Panamá, convocado pelo Libertador Simón Bolívar com o objetivo de contar com um sistema de garantias que, na paz e na guerra, fossem como um escudo contra qualquer ameaça externa. Deste congresso, surge o primeiro tratado de segurança continental denominado “União Liga e Confederação Perpétua”. Nesse tratado aparecem as idéias de se constituir uma força militar constituída de cotas de tropas de cada país e de que os congressos deveriam ocorrer, em tempo de paz, a cada 2 anos. O que se pode retirar desses tempos é a constante insegurança continental, especialmente, por parte dos países hispânicos, que inspirava ao mesmo tempo um espírito de cooperação como ponto de partida para uma integração, contrapondo-se às ameaças de países da Europa e dos EUA e sustentando as bases do que deveria ser no futuro o Sistema de Defesa Hemisférica na América. Outros congressos foram convocados e ocorreram com a participação de poucos países, não se verificando grandes avanços.

b. Entre o período de 1889 a 1938, um novo ator ingressa no cenário dos foruns iberoamericanos, os EUA, que têm interesses de cooperação, no âmbito comercial, pois havia mudado sua política de isolamento. É nesse contexto que se celebra a Primeira Conferência Panamericana, em Washington-DC, entre 2 de Outubro de 1889 e 19 de abril de 1890.

c. Em 1902, depois de 12 anos, é realizada a Segunda Conferência Panamericana, no México, apresentando-se os EUA como uma grande potência hegemônica hemisférica, fato não muito desejável nas relações entre os países do Continente.

d. Em 1906, ocorre a Terceira Conferência Panamericana, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, sem ter maior êxito ou relevância que as anteriores.

e. Em 1910, tem-se a Quarta Conferência Panamericana, em Buenos Aires, Argentina. Entre outros temas se discutiu a organização de um Escritório das Repúblicas Americanas em Washington, DC, a qual se chamaria “União Panamericana”.

f. Em 1923, vem a Quinta Conferência, em Santiago do Chile, na qual se formalizou os métodos para solução pacífica das controversias, mediante a assinatura do “Pacto Gondra”, o tratado para a prevenção de conflitos.

g. Em 1928, se dá a Sexta Conferência, em Havana, Cuba, na qual se adota uma convenção sobre a União Panamericana, que contém os elementos do que seria depois a OEA e que não chegou ser ratificada.

h. Em 1933, se realiza a Sétima Conferência de Montevideo, Uruguai, denominada pela primeira vez “Conferência Intera Americana”. O importante dessa conferência foi a aceitação por parte dos EUA da “Declaração de Direitos e Deveres dos Estados”, o qual se baseia no princípio de não- intervenção, que constitui uma das pedras angulares do sistema interamericano.

i. Em 1938, ocorre a Oitava Conferência, em Lima, Peru, onde se trata do Código de Paz, documento apresentado pelo México na Conferência de Montevideo (1933). Este código deve ser visto como o antecessor do Tratado de Solução Pacífica, ou Pacto de Bogotá, que seria firmado anos mais tarde.

j. Em 30 de março de 1942, foi constituída a Junta Interamericana de Defesa (JID) e seu trabalho consistiria em preparar gradualmente as repúblicas americanas para a defesa do Continente, mediante a realização de estudos e a recomendação das medidas destinadas a que isso se efetivasse.

k. Em 1945, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, foi realizada na cidade de Chapultepec (México) a Conferência sobre problemas da guerra e da paz. A Ata de Chapultepec dispõe sobre a ação coletiva e a consulta, em caso de agressão, e a resolução chamada “Reorganização, Consolidação e Fortalecimento do Sistema Interamericano”. A resolução VIII desse documento, versa sobre os princípios de ação regional, a qual influenciou a colocação do mesmo dispositivo na Carta das Nações Unidas, quando a realização da conferência para sua implantação, em San Francisco, EUA (1948). Permitia o funcionamento de um sistema regional de defesa e segurança coletiva, sem que se visse frustrado por potências de outra parte do mundo. Foi uma época em que o sistema interamericano gozou de institucionalidade e excelente grau de vitalidade.

l. A Conferência seguinte ocorreu na cidade de Petrópolis, Brasil, na qual, em 2 de setembro de 1947, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

m. Em 30 de abril de 1948, foi assinada a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), dando início a uma nova era de relações entre estados americanos, criando o primeiro bloco regional organizado do mundo.

Dessa forma, em 1948, se consolida um anseio americano buscado há mais de um século, durante o qual os países do continente haviam aprendido a dialogar em conjunto. Foi um processo longo e difícil, no qual se estabeleceram os princípios, postulados, instituições, mecanismos, órgãos, foruns e conferências que pavimentaram uma visão do sistema panamericano.

3.2 Durante a Guerra Fria

O mundo da Guerra Fria caracterizou-se pela confrontação entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética. Logo em seguida à Segunda Guerra Mundial, deu-se o progressivo alinhamento dos países aos dois grandes blocos, em meio ao armamentismo e confrontos localizados. Os Estados Unidos estabeleceram o Plano Marshall e a OTAN, enquanto os soviéticos respondiam com o Comecon e o Pacto de Varsóvia. Na América, dava-se a assinatura do TIAR e a criação da OEA.

Em 1949, Mao Tsé-tung, liderando o Partido Comunista Chinês, tomou o poder, estabelecendo a República Popular da China. No ano seguinte, na Coreia, teve início uma séria confrontação entre capitalistas e comunistas com sérios riscos para a paz mundial. O conflito só terminou em 1953, com a manutenção da divisão da região em Coreia do Norte, comunista, e Coreia do Sul, capitalista.

No final dos anos 50, o governo soviético de Krushev e os norte-americanos Eisenhower e Kennedy ensaiaram uma aproximação e tentativas de distensão, no que ficou conhecido como política da Coexistência Pacífica. Entretanto, tal política não impediu novas rivalidades e confrontações, ao contrário, restabeleceu o clima de Guerra Fria, que foi seguido mais tarde de nova aproximação, como aconteceu com a *Détente* dos anos 70.

Como fruto dessa disputa, em 1959, a Revolução cubana inaugurou a Guerra Fria nas Américas. Cuba engrossou o bloco soviético, durante a bipolarização mundial, tendo à frente Fidel Castro, o qual continua no poder até os dias atuais, sendo o último regime autoritário das Américas. Em 1962, o país foi o epicentro de outra grave crise internacional, a chamada Crise dos Mísseis. Nos demais países latino-americanos a instabilidade, as ditaduras e os confrontos políticos não conseguiram alterar substancialmente a tradicional situação de subdesenvolvimento, de miséria e de enormes desigualdades sociais.

Na descolonização da Ásia e da África, destacou-se a iniciativa da Conferência da Bandung, onde se oficializou o bloco do Terceiro Mundo, disposto a não se alinhar automaticamente à União Soviética ou aos Estados Unidos. No processo de independência indiano, destacou-se a atuação de Mahatma Gandhi, através da resistência pacífica. Na independência da Indochina, deu-se a incorporação dos confrontos da Guerra Fria, transformando essa área numa das mais violentas do mundo, sendo, portanto, ameaçadora à paz internacional, com a Guerra do Vietnã.

Outra área de permanente tensão no pós-Segunda Guerra Mundial, e até hoje marcada por intensos conflitos, é a do Oriente Médio, envolvido nos sucessivos confrontos árabes-israelenses, nos conflitos do Líbano, na Guerra do Iraque contra o Irã e nas duas Guerras do Golfo. Também na África, a herança colonial e as lutas libertadoras desembocaram em sangrentos confrontos e impasses políticos que se prolongam por longo tempo, como o caso de Angola, Moçambique, África do Sul, entre tantos outros.

Até a primeira metade do século XX, os Estados Unidos de fato garantiram sua hegemonia nas Américas e proporcionaram a segurança coletiva aos demais países face às ameaças externas. Mas, com a nova configuração geopolítica do planeta, depois da Segunda Guerra Mundial, os americanos precisaram reformular sua política externa para fazer frente à expansão do socialismo no mundo, abandonando a doutrina Monroe “A América para os americanos”.

Durante o período da Guerra Fria, a JID teve uma atuação de acordo com sua missão, dedicando-se ao planejamento da defesa continental e reforçando os laços de amizade e confiança que se ampliaram com a criação do Colégio Interamericano de Defesa, em 1962.

3.3 A queda do Muro de Berlim e a extinção da URSS – Nova Ordem Mundial

No final dos anos 80 e primeiros dos 90, teve início a crise do bloco socialista e o desaparecimento da própria União Soviética, seguidos do fim da Guerra Fria.

Nas primeiras décadas do socialismo soviético, o governo de Stálin tinha estruturado uma ordem econômica centralizada que, de um lado elevou o país à condição de superpotência mundial, de outro, consolidou a burocracia soviética. No governo de Krushev tentou-se romper com os entraves centralistas e burocratizados da era stalinista. Essa tentativa, apesar de algum sucesso, acabou frustrada pela retomada do centralismo administrativo do governo Brejnev nos anos 60 e 70.

Essa realidade contrastava com o dia-a-dia de um reduzido grupo de cidadãos com acesso a todo tipo de privilégios. A opulência dos altos funcionários do Partido Comunista, uma das mais notórias distorções dos ideais marxistas, ficava ainda mais visível num momento de crise econômica. Os funcionários da burocracia estatal, moradores de amplos apartamentos, faziam suas compras em lojas especiais, longe das filas. Possuíam carros novos ou andavam em limusines, viajavam sempre ao exterior e se refugiavam em confortáveis casas de campo. Os cidadãos comuns, de modo quase oposto, moravam em pequenos apartamentos, muitas vezes com outras famílias, viajavam para as colônias de férias determinadas pelo governo, e aguardavam alguns anos na lista de espera para adquirir um carro popular. A expansão dos meios de comunicação e a vontade de mudanças permitiram aos soviéticos conhecer melhor a forma de vida ocidental e seus avanços em termos de qualidade de vida e liberdade.

Durante o governo de Gorbachev (1985 - 1991), a União Soviética mergulhou num período de reformas com a “perestroika” e a liberalização política da “glasnost”, culminando em sérias crises. No bloco socialista do leste europeu as reformas ganharam dinamismo próprio e produziram a reunificação alemã e substanciais mudanças políticas em todo os países. Na União Soviética, o reformismo de Gorbachev racho u politicamente o país em anti-reformistas e ultra-reformistas.

Em outubro de 1989, na Alemanha Oriental, Mikhail Gorbachev advertiu o líder comunista Erich Honecker de que a União Soviética não toleraria uma repressão violenta ao movimento pela

democracia, cada vez mais forte naquele país. A visita de Gorbachev à capital do país fez deslanchar o movimento popular que resultaria, no mês seguinte, na queda do Muro de Berlim. A queda do muro representou um marco simbólico do fim do socialismo no mais rico, próspero e politicamente fechado país da Europa Oriental, a Alemanha. Em pouco tempo, o processo se alastrou por todos os países do bloco socialista.

Inicialmente, a proposta de reunificação das Alemanhas não foi bem recebida pela França, Grã-Bretanha e outros países europeus, que temiam o ressurgimento da grande potência germânica, berço do nazismo e de ambições históricas de hegemonia sobre a Europa. Dentro da própria Alemanha Ocidental, a oposição argumentava que o lado capitalista teria de arcar com um preço muito alto para modernizar as empresas obsoletas e adaptar as estruturas sociais da Alemanha Oriental.

Em 7 de junho de 1990, o Pacto de Varsóvia, um acordo de cooperação econômica e militar entre os países do bloco socialista, criado em 1955, anunciou que deixaria de exercer suas funções militares, o que representava, na prática, o fim da aliança socialista. Acabava, assim, o único grande obstáculo geopolítico à reunificação das duas Alemanhas. Exatamente em 3 de outubro de 90, a Alemanha Oriental deixava de existir. No entanto, o tratado dos países ocidentais, a OTAN, seguia firme e forte. O bloco socialista estava em ruínas e o Ocidente dava as cartas.

Os conservadores, descontentes com as reformas e seus desdobramentos, tentaram um golpe contra Gorbachev, em agosto de 1991, sendo derrotados. Um dos principais líderes que enfrentou e frustrou as ambições dos golpistas foi Bóris Yeltsin, presidente da república soviética da Rússia e líder dos ultra-reformistas. Aproveitando-se do prestígio alcançado, Yeltsin e outras lideranças soviéticas proclamaram o fim da URSS e a criação da CEI, no início de dezembro de 1991, pondo fim ao governo Gorbachev. Este acabou renunciando à presidência da URSS, a qual extinguiu-se.

Os herdeiros da ex-URSS têm vivido sucessivas crises e crescentes dificuldades sócio-econômicas, com a possibilidade de agravamento dos vários conflitos étnico-políticos entre seus povos. Com o fim do bloco socialista e da URSS, terminou a Guerra Fria, nascendo uma nova ordem internacional, fundada basicamente no poderio econômico. Os principais pólos do poder são: EUA, Japão/Tigres Asiáticos e Europa. De outro lado, os países do terceiro mundo têm experimentado um empobrecimento crescente, com concentração de renda cada vez maior e enormes injustiças sociais. Avulta dessa forma, um novo tipo de ameaça à segurança, pois afeta a estabilidade e a consolidação das democracias no hemisfério americano.

Com o fim do comunismo, os antigos países socialistas abriram suas fronteiras e seus mercados. No ocidente, assim como no oriente, os países detentores de tecnologias avançadas, como Alemanha e Japão, já não precisavam se submeter à lógica da Guerra Fria e à liderança dos Estados Unidos. O resultado foi o início de uma feroz disputa pelo mercado mundial.

3.4 Terrorismo

Na era contemporânea, a França conheceu o regime de terror implantado pelos jacobinos de Robespierre, a partir de 1793, pouco depois da Revolução Francesa. Quase um século depois, em 1881, o czar Alexandre II, da Rússia, foi assassinado pela organização terrorista "Vontade do Povo". E, no início do século XX, o estopim que deflagrou a Primeira Guerra Mundial foi o atentado contra o arquiduque austro-húngaro Francisco Ferdinando, em 1914, morto por um estudante integrante do grupo terrorista sérvio "Mão Negra".

Apesar da violência em comum, existem diferenças entre os grupos terroristas. O fundamentalismo islâmico, por exemplo, não tinha caráter terrorista na época em que surgiu. A Irmandade Muçulmana apareceu em 1929, no Egito, com preocupações sociais e propósitos religiosos. Mas a partir dos anos 30, foi perseguida pelo rei Fuad e por seu sucessor, o rei Faruk, favoráveis à dominação britânica. A Irmandade partiu para a radicalização e o terrorismo no início dos anos 50, com a ascensão do líder nacionalista Gamal Abdel Nasser, acusado de defender interesses ocidentais. A mais espetacular ação da Irmandade Muçulmana foi o assassinato do presidente egípcio Anwar Sadat, em 1981. Sadat foi considerado traidor por ter assinado os acordos de Camp David, em 1978, que reconheciam o direito de existência do Estado de Israel.

No final dos anos 70, o terrorismo ganhou um novo ingrediente religioso, com a ascensão dos muçulmanos xiitas no Irã, em janeiro de 79. Sob o comando do aiatolá Khomeini, os xiitas derrubaram a ditadura do xá Reza Pahlevi e implantaram um sistema que fugia à lógica dos dois blocos econômicos, liderados por Estados Unidos e União Soviética. A partir da revolução iraniana, foi implantado um sistema de governo guiado por convicções religiosas radicais e inflexíveis. Khomeini inaugurou a chamada "Jihad" em nossos dias, a "Guerra Santa" contra o Grande Satã, representado pelos Estados Unidos da América. Daí para a prática do terrorismo foi um passo.

O inédito nessa história era o caráter oficial do terror, assumido claramente pelo regime dos aiatolás. A primeira demonstração radical de Khomeini foi em novembro de 79. Com apoio do governo, estudantes iranianos invadiram a embaixada norte-americana em Teerã, fazendo 66 reféns. Eles queriam a extradição do xá Reza Pahlevi, em tratamento de saúde nos Estados Unidos. Foram

444 dias de expectativa. Em 20 de janeiro de 1981, dia da posse do novo Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, os iranianos finalmente libertaram os reféns norte-americanos.

Além da vitória de Khomeini no Irã, outro elemento viria a fortalecer a causa dos xiitas: a reação à invasão do Afeganistão pelos soviéticos, em dezembro de 79. Os afegãos, em sua maioria de fé muçulmana, sentiram sua religião ameaçada pela presença do exército soviético. Vários grupos guerrilheiros proclamaram uma “guerra santa” contra o invasor.

Com a revolução no Irã e a resistência dos rebeldes afegãos, a "Jihad" ficou conhecida no Ocidente e ganhou força junto à população muçulmana de todo o mundo.

Diversos ataques terroristas tiveram lugar na década de 90, a maioria deles tendo como alvo cidadãos e instalações norte-americanas. Apesar de contar centenas de vítimas, destruição e prejuízos materiais de grande monta, nenhum teve o impacto e as conseqüências dos atentados de 11 de setembro de 2001, que mudaram a forma de encarar essas ações.

Na manhã do dia 11 de setembro de 2001 (exatamente às 8h48m e 9h03m locais), um terrível ataque terrorista atinge as duas torres do maior conjunto comercial do mundo, o World Trade Center, em Nova Iorque – pilar do sistema financeiro mundial – que veio abaixo após ter sido parcialmente destruído pelo choque de duas aeronaves comerciais Boeing 767, com um total de 157 passageiros a bordo. Eles haviam decolado de Boston (às 7h58m, com 65 passageiros, e às 7h59m, com 92 passageiros), ambos com destino a Los Angeles.

As torres gêmeas do World Trade Center foram construídas para resistir ao impacto de um Boeing 727 em vôo. Entretanto, não caíram imediatamente quando os aviões entraram pelas janelas, numa manobra que revelou a enorme perícia de quem os pilotava. O modo como os terroristas acertaram os prédios dá indícios de um planejamento milimétrico. Na velocidade máxima, acima dos 800 quilômetros por hora, um grande avião empurra tamanha quantidade de ar a sua frente que é muito difícil que acerte um paredão numa colisão frontal. A turbulência seria tão forte diante da parede que tiraria o Boeing da trajetória. Por isso eles voaram mais lentamente e optaram pela trajetória curva para chegar ao objetivo. No caso do Pentágono, como se verá a seguir, em que não há imagens do momento do impacto, o problema é parecido. Descer uma grande aeronave numa pista de aeroporto exige combinar velocidade e aerodinâmica com equipamentos de precisão. Em todos os momentos, os extremistas mostraram o conhecimento de quem passou muito tempo num simulador de vôo, além de prática efetiva. Desligaram, por exemplo, os “transponders” que emitem sinais eletrônicos sobre a localização das aeronaves. Passaram também a voar em baixa altitude, fora do

alcançe dos radares. E, pelo menos num caso, foram eles que mandaram os passageiros ligar por celular para avisar do seqüestro. Queriam publicidade máxima de seus atos e agiram como se tivessem antecipado o cenário que construiriam.

Cada Boeing levava combustível suficiente para voar por mais 4.000 Km, o qual foi calculado e aproveitado pelos terroristas para queimar por algumas horas. Foram os incêndios, combinados com uma característica tecnológica dos arranha-céus, que os puseram abaixo.

No final, centenas de pessoas de nacionalidades diferentes haviam perecido na tragédia que destruiu o World Trade Center, um complexo de escritórios e empresas multinacionais que abrigava mais de 20.000 pessoas trabalhando no dia-a-dia. Outras milhares de pessoas visitavam normalmente os edifícios, que ainda estavam relativamente vazios no momento do atentado, em razão do horário. As nacionalidades das pessoas desaparecidas segundo fontes do Departamento de Estado do governo americano e do Consulado-Geral do Brasil em Nova York foram: 3 613 Estados Unidos, 403 Holanda, 250 Índia, 208 Colômbia, 206 Alemanha, 200 Grã-Bretanha, 200 Paquistão, 150 Canadá, 133 Israel, 96 Rússia, 86 Itália, 71 El Salvador, 68 Portugal, 55 Austrália, 55 Bangladesh, 40 Áustria, 34 Irlanda, 34 Equador, 30 Polônia, 30 Coreia do Sul, 25 República Dominicana, 23 Japão, 20 Grécia, 17 México, 10 República Tcheca, 10 Eslováquia, 10 França, 8 Marrocos, 8 Iêmen, 7 Honduras, 7 Jamaica, 7 Taiwan, 6 Argentina, 6 Guatemala, 5 Brasil, 5 Irã, 4 Bélgica, 4 Belize, 4 China, 4 Trinidad e Tobago, 3 Barbados, 3 Líbano, 3 Panamá, 3 Peru, 3 Venezuela, 2 Jordânia, 1 Bahamas, 1 Chile, 1 Costa Rica, 1 Dinamarca, 1 Egito, 1 Gana, 1 Indonésia, 1 Nova Zelândia, 1 Paraguai, 1 Sri Lanka, 1 Santa Lúcia, 1 Turquia, 1 Ucrânia e 1 Bielo-Rússia.

No mesmo dia e momentos depois do primeiro ataque (exatamente às 9h43m), outra aeronave Boeing 757 da American Airlines, que havia decolado às 8h10m do Aeroporto de Dulles em Washington, com destino também a Los Angeles, com 64 ocupantes (58 passageiros, 4 comissários e 2 pilotos), atingia o prédio do Pentágono, em Washington – sede da defesa e da inteligência da maior força armada do planeta – destruindo parte do conjunto e matando muitos funcionários do governo federal americano. O avião atingiu a ala sudoeste do edifício e atravessou os anéis E, D e C. Morreram em torno de 130 funcionários do governo americano. O Pentágono tem 344.000 m² e 28 Km de corredores. As edificações internas são dispostas em anéis concêntricos, com 5 andares cada um. O local atingido abriga gabinetes executivos do Exército, além dos escritórios da Secretaria de Guerra. Fica em frente ao heliporto usado por autoridades. Previa-se que o presidente George W. Bush usaria essa instalação ainda naquela manhã, quando retornasse da Flórida. Um dos pilotos que comandou a

destruição possuía dois cursos superiores na Alemanha e teve diversos treinamentos nos Estados Unidos. Daí se pode observar que o plano foi orquestrado friamente e por pessoas de alto gabarito e muita determinação.

Outra aeronave Boeing 757, que havia decolado do Aeroporto de Newark em Nova Jersey às 8h01m com destino a São Francisco, foi sequestrada e derrubada, às 10h10m, caindo em Shanksville, a 130 quilômetros ao sul de Pittsburgh, na Pensilvânia, com 38 passageiros, 5 tripulantes e 2 pilotos (45 pessoas).

No total foram quatro sequestros simultâneos, todos perfeitamente estudados e friamente consumados por terroristas árabes.

Perplexidade, comoção, indignação, dor e pesar, foram sentimentos expressos em todos os cantos do planeta diante do horror imposto pelo ataque suicida e covarde, totalmente imprevisível, praticado por um grupo terrorista. Impotente diante da operação surpresa, muito bem planejada e executada com ousadia, o sistema de comunicação, informação, controle e inteligência do império americano, a mais preparada, avançada e controlada, falhou e deixou a impressão de ser vulnerável. Deixou também um aviso realista a todos os atuais sistemas de segurança dos Estados, político e operacional: eles nem sempre são capazes de deter ataques terroristas, quer eles venham pelo ar, por terra, por mar ou por uma simples carta .

Durante a maior parte da terça-feira, 11 de setembro, os assessores do presidente dos Estados Unidos acharam que ele não deveria retornar a Washington. Era perigoso demais. George W. Bush seria depois criticado por ter zigzagueado entre bases militares em vez de retomar logo sua cadeira no coração do poder americano, a Casa Branca. O fato é que se temia outro ataque terrorista bem-sucedido, dessa vez à sede da Presidência.

As implicações contidas na hesitação de Bush foram tremendas. Mostraram até que ponto o mundo mudou depois dos ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono. A alteração mais imediata diz respeito ao fim do mito da invulnerabilidade do território americano. *‘Foi um ato de guerra’*, definiu o presidente Bush. Tratou-se, de fato, de uma ofensiva terrorista em larga escala, sem similar na história, com milhares de mortos inocentes.

O número oficial de mortos foi superior a 6.000, cinco prédios nova-iorquinos tinham desabado e outros, com estruturas abaladas, ameaçavam vir abaixo. Uma pilha de prejuízos na casa dos 30 bilhões de dólares.

Dez anos antes, depois do colapso da União Soviética, o presidente George Bush, pai de George W., anunciou uma nova ordem mundial, cuja base seria o triunfo dos valores americanos e da democracia liberal. Parecia que o derradeiro desafio da humanidade era promover o comércio global. Vive-se agora uma realidade muito mais perigosa. A única superpotência tornou-se alvo de fanáticos dispostos a tudo. Como a nação mais poderosa do planeta pode se proteger das atrocidades terroristas? A questão talvez tenha de ser formulada de outra forma: qual deve ser o papel dos Estados Unidos nessa nova conjuntura? Em vez de tomar decisões unilaterais, como vinha fazendo desde que assumiu, o presidente Bush admitiu que os Estados Unidos sozinhos dificilmente irão conseguir garantir a própria segurança. Precisam da ajuda dos outros países democráticos para uma ação conjunta e persistente contra o terrorismo.

Aqueles acontecimentos empurraram o presidente dos EUA para um teste de liderança que raros de seus antecessores enfrentaram. No caso do ataque japonês em Pearl Harbor, o Presidente Roosevelt podia ver um inimigo definido com clareza. No presente, o problema é muito mais amplo. Não é de estranhar que, após atentados terroristas tão catastróficos, o tom do discurso americano tenha mudado.

Os americanos gastam 30 bilhões de dólares por ano em inteligência. Somente a CIA, o serviço secreto, tem 2.000 agentes no exterior. Seu caríssimo sistema de vigilância eletrônica por satélites é capaz de fazer fotos tão detalhadas que se podem identificar pontas de cigarros jogadas fora por guerrilheiros no Afeganistão. A rede de vigilância envolve ainda aviões, navios e milhares de pontos de captação de informações no mundo inteiro. A tecnologia empregada permite rastrear as comunicações de uma ligação de celular em qualquer lugar do mundo. Como nada disso funcionou? Nenhum dos treze órgãos encarregados de monitorar, receber e analisar todo tipo de informações relacionadas à segurança conseguiu evitar a entrada no país, o contato e a troca de informações entre os terroristas. Não espanta tanto o frágil sistema de segurança nos congestionadíssimos aeroportos americanos, mas difícil de explicar é como ficaram tão desprotegidas até mesmo as instalações militares e a sede do governo em Washington.

Parte dos problemas em evitar os ataques decorre do caráter especial do terrorismo islâmico. Os espões americanos têm dificuldade em infiltrar-se nos grupos, pois não são bem-vindos, nem podem contar com a colaboração das autoridades na maioria dos países muçulmanos. Entretanto, operações de grande porte deixam pistas bem concretas. Para um homem-bomba na Palestina basta enrolar explosivos em torno da cintura e procurar vítimas indefesas entre os israelenses. Um ataque

como o de 11 de setembro exige planejamento sistemático, treinamento intenso, boa organização, bases de apoio e algum dinheiro. Não é possível improvisar numa operação dessa magnitude.

De acordo com o relatório oficial do governo americano⁶, cada avião foi tomado por um grupo de quatro ou cinco homens, que se encarregaram das ações diretas. Outra meia centena de conspiradores fez o trabalho de retaguarda.

A rede do terror teve seu epicentro na paisagem remota e estéril do Afeganistão. Mas, a raiz do mal se nutre de apoio logístico direto dos órgãos de segurança de um grupo de países dominados pelo islamismo, como eram o Iraque, o Iêmen, o Irã, a Síria e a Argélia. O terror conta com a neutralidade e até a simpatia de líderes e instituições religiosas de dezenas de nações de população muçulmana, como o Egito e o Sudão. De um outro grupo de países os terroristas recebem ajuda financeira. Alguns estão tão distantes dos conflitos que chega a ser estranho ver seus nomes na lista dos lugares que os investigadores acham que vale a pena manter sob vigilância. É o caso da Tríplice Fronteira, nos limites entre Argentina, Brasil e Paraguai. Naturalmente, existem também simpatizantes e colaboradores mesmo dentro dos Estados Unidos.

Apesar dos prognósticos de que os Estados Unidos podem tornar-se menos cordiais em suas relações internacionais, o mundo tende a se transformar em um só. Também nesse aspecto há mudanças em curso. A oposição à globalização já existia como fenômeno ambientalista, de minorias, das ONGs e dos sindicatos. Agora também deve levar em conta essa nova complicação: o Islã como fonte de preocupação para a paz mundial. A globalização incomoda a líderes muçulmanos pela modernidade que traz no bojo. O fundamentalismo islâmico é, em boa medida, a manifestação de uma elite que exerce sobre seus povos uma tirania milenar, baseada na religião e nos costumes imutáveis. Se é contra a civilização ocidental, é porque não pode conviver com seus princípios básicos, notadamente a liberdade política e individual. O universo dos fundamentalistas é aquele em que se queimam livros, se proíbem filmes e música. As mulheres são cobertas de véus e devem submissão ao poder masculino. Os fundamentalistas usam Deus como desculpa para todas as coisas – inclusive as mais terríveis atrocidades, como as cometidas em Nova York e Washington. Os aviões não foram jogados contra prédios, mas contra um sistema de vida.

Com o terrorismo não há diálogo nem negociação, pois é ele o contrário do diálogo, da negociação e da própria Política, entendida como o exercício, mais pleno possível, da cidadania e onde a liberdade é garantia imprescindível de sua primazia.

⁶ The 9/11 Commission Report, 1ª Ed, EUA, Nova Iorque, 2004, páginas 238 e 239

Cabe a todos os países do Hemisfério Americano envidarem o máximo dos esforços e cooperação para que novos atentados não sejam perpetrados com sucesso.

Capítulo 4

A JID E OS OSDH

4.1 A JID

A Junta Interamericana de Defesa foi criada antes da Organização dos Estados Americanos e tem suas origens no final dos anos 30 e início dos anos 40, em função da situação mundial, com a confrontação bélica na Europa e na Ásia-Pacífico. Após a invasão dos Países Baixos (Holanda, Bélgica, Dinamarca) e França pela Alemanha, em 1939, foi convocada a Segunda Reunião de Consulta (Havana, 1940) devido às preocupações dos Estados Americanos ante a possibilidade de uma reivindicação alemã sobre as colônias dos países invadidos.

Dessa reunião foi expedida uma Declaração de Assistência Recíproca e Cooperação Defensiva das Nações Americanas, estabelecendo a necessidade de “*procedimento de consulta entre os estados*” e reafirmando o conceito de que “*um atentado de um estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, soberania ou independência política de um estado americano seria considerado um ato de agressão contra todos*”. Essa declaração demonstra claramente o propósito de defender-se de ameaças externas, preservando-se a soberania e independência dos estados membros.

Na Terceira Reunião de Consulta (Rio de Janeiro, 1942) foi formada uma Comissão Especial integrada por embaixadores do Brasil, Panamá e Venezuela para o estabelecimento de uma Junta Interamericana de Defesa. Essa reunião ocorreu em janeiro de 1942, um mês após o ataque japonês à Base Naval americana de Pearl Harbor, no Pacífico. A Comissão fez uma proposta e foi aprovada pelo Conselho Diretor, na qual indicava ter a JID “*caráter permanente e desempenhará suas funções enquanto durar a atual emergência*”. A JID foi inaugurada em 30 de março de 1942 para “*preparar gradualmente as repúblicas americanas para a defesa do continente, mediante a realização de estudos e recomendação de medidas destinadas para tal fim*”.

Na Conferência Interamericana sobre problemas de Guerra e Paz (México, 1945), foi adotada na resolução IV – Constituição de um organismo militar permanente, que afirma em seus considerandos, que a JID, ao longo dos últimos 3 anos tinha demonstrado ser um organismo valioso para o intercâmbio de pontos de vista, estudos de problemas e formulação de recomendações relativas à defesa do hemisfério e para promover uma estreita colaboração entre forças militares, navais e aéreas das Repúblicas Americanas; e recomendou a criação de um organismo permanente integrado

por representantes de cada um dos estados-maiores das Repúblicas Americanas com vistas a propor a tais governos as medidas para uma melhor colaboração militar entre todos os governos e melhor defesa do Hemisfério Ocidental, e ainda, que a JID continuasse como órgão de defesa interamericana até que fosse estabelecido o organismo previsto na recomendação. Em sua resolução IX – Reorganização, Consolidação e Fortalecimento do Sistema Interamericano, determinou que continuaria funcionando a Junta Interamericana de Defesa, criada pelas reuniões de consulta.

Um projeto de criação do organismo permanente foi proposto pela JID em junho de 1945, sendo incluído pelo Conselho Diretor da União Pan-Americana ao elaborar o “Projeto de Pacto Constitutivo do Sistema Interamericano”, como “Conselho Interamericano de Defesa” na constituição dos órgãos da Organização dos Estados Americanos, que seria criada posteriormente, na Nona Conferência Internacional Americana (Bogotá, 1948). A proposta não foi acatada por contrariar os fundamentos pacíficos da organização que estava sendo criada. Nessa mesma conferência, definiu-se que o tema da colaboração hemisférica em assuntos militares seria incorporado à Carta do Comitê Consultivo de Defesa, vinculado à Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, já que naquela altura não havia ainda, na maioria dos países, sido criado os Ministérios ou Departamentos de Defesa. Vem, portanto, desde a criação da JID a indefinição que perdura até os dias de hoje, sobre a relação jurídica, a missão e as atribuições da Junta Interamericana de Defesa.

Os acontecimentos registrados no âmbito internacional e hemisférico a partir da década dos anos 80, levaram a uma revisão do conjunto de atividades desenvolvidas pela OEA no processo que se denominou Renovação e Fortalecimento da Organização dos Estados Americanos. Na área de segurança coletiva, criou-se a Comissão Especial de Segurança Hemisférica. Posteriormente, essa Comissão foi transformada na atual Comissão de Segurança Hemisférica⁷, fazendo parte do Conselho Permanente.

4.1.1 Missão

A JID presta assessoramento à Assembléia-Geral, à Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e ao Conselho Permanente da OEA, em matérias de Segurança e Defesa, por meio de suas propostas e trabalhos em assuntos de caráter militar; atua como órgão de planejamento e preparação para a defesa do hemisfério e desempenha funções consultivas

⁷ Resolução 1240/AG/RES (XXIII-O/93) – Assessoramento e prestação de serviços consultivos de caráter técnico-militar que em nenhum caso poderão ser de natureza operacional. Organização dos Estados Americanos, 1993.

que lhe competem para contribuir com a manutenção da paz e da segurança do hemisfério. Promove a cooperação no Sistema Interamericano e desenvolve atividades acadêmicas para a prevenção e redução de ameaças à paz e à segurança hemisférica, por meio do Colégio Interamericano de Defesa, que lhe é subordinado.

A Junta tem desenvolvido projetos especiais nos quais países membros têm tido um desempenho ativo, como na supervisão de limpeza de minas antipessoal, produtos de conflitos recentes. Atualmente estão em andamento operações de limpeza de minas na América Central (Guatemala e Nicarágua) e América do Sul (Peru/Equador), além de uma missão temporária no Suriname, que terá duração de 45 dias e está prevista para concluir-se no 1º semestre de 2005. Milhares de minas já foram neutralizadas, evitando o sacrifício de mais vidas inocentes e possibilitando a recuperação de terras produtivas para uso agrícola.

4.1.2 Organização

A JID é constituída pelo Conselho de Delegados, pelo Estado-Maior, pela Secretaria e pelo Colégio Interamericano de Defesa (CID). São membros voluntários e ativos da JID, 22 dos 34 atuais Estados integrantes da OEA: Antigua e Barbuda, Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Há, ainda, três membros não-ativos que são: Panamá, Haiti e Suriname.

Desde sua criação, a JID tem sua sede na cidade de Washington-DC e, conforme seus Estatutos, é presidida por um militar da ativa representante do país sede, os Estados Unidos da América.

No anexo “B” é apresentada a relação dos Estados-membros da OEA, JID e OSDH.

4.1.3 Conselho de Delegados

O Conselho de Delegados é o principal órgão da JID, encarregado de representar os governos dos Estados ativos, prestar assessoria aos seus governos e adotar decisões na Junta. É constituído pelos delegados designados de maneira direta pelos Estados que participam da JID e representam as estruturas militares de seus países. Embora possa existir mais de um delegado por representação, a Delegação do país tem direito a um voto e não há poder de veto. Esse conselho de delegados reúne-se em sessões mensais, podendo haver sessões extraordinárias, quando assim considerar necessário, para

estabelecer as políticas e dirigir as atividades dos outros órgãos integrantes da Junta, seja de forma direta ou por meio de comissões especiais.

As Delegações representativas dos países na Junta não possuem uma estrutura padrão, seja porque o Regulamento da JID não a impõe, seja pela importância dada à missão e até pela capacidade financeira de cada país em manter oficiais das Forças Armadas no estrangeiro. Além dos requisitos individuais para a assunção dos cargos básicos na Junta, está definido apenas que aquelas são compostas pelo Chefe de Delegação, Delegados e Assessores.

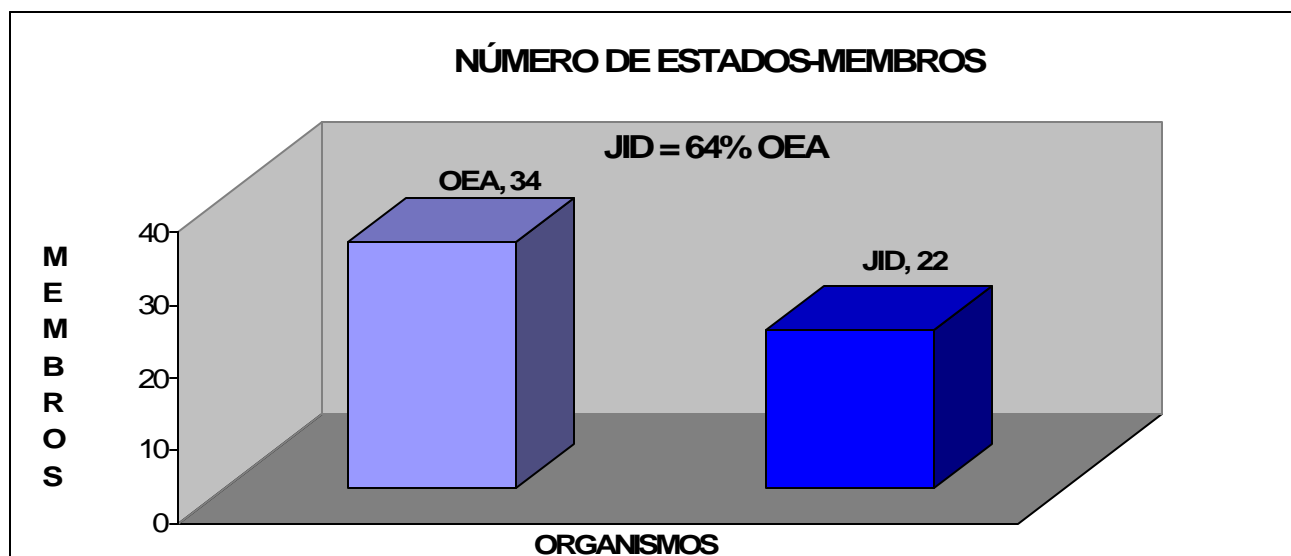


Fig. 2 - Relação entre números de Estados-membros da OEA e JID.

Das 22 delegações ativas, poucas têm integrantes dedicados exclusivamente aos trabalhos da Junta. Nesses casos, os Chefes de Delegação e Delegados possuem outras atividades que absorvem boa parte de seu tempo disponível, estando alguns freqüentemente ausentes da sede, por força de compromissos e afazeres profissionais.

Os Chefes de Delegação e Delegados são oficiais gerais, oficiais superiores ou civis com título universitário, com grande experiência profissional e a maioria com mais de 30 anos de carreira.

O gráfico abaixo, baseado em pesquisa junto às Delegações e à Secretaria da JID, reflete a diversidade da composição das Delegações.

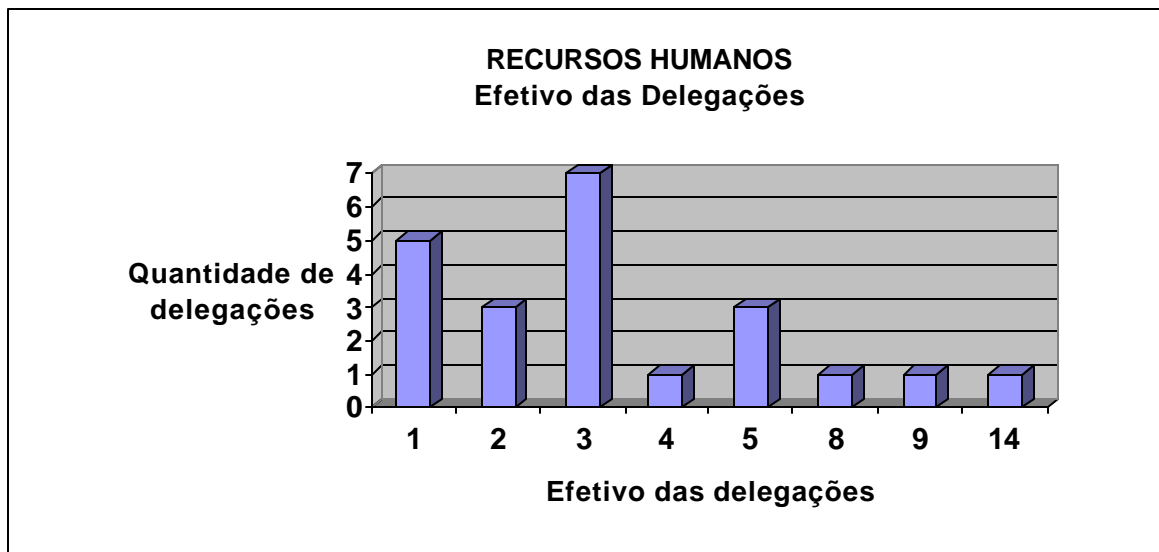


Fig. 3 - Situação dos efetivos de integrantes por delegações.

Da mesma forma que não existe uma norma para a constituição das Delegações, o Regulamento também não define um prazo mínimo para a permanência dos Chefes de Delegação, mesmo porque esta é uma questão, como a anterior, que afeta a soberania dos Estados-Membros. Esta liberdade regulamentar permite uma alta rotatividade das Chefias das Delegações ativas. O gráfico a seguir ilustra este quadro nos últimos dez anos.

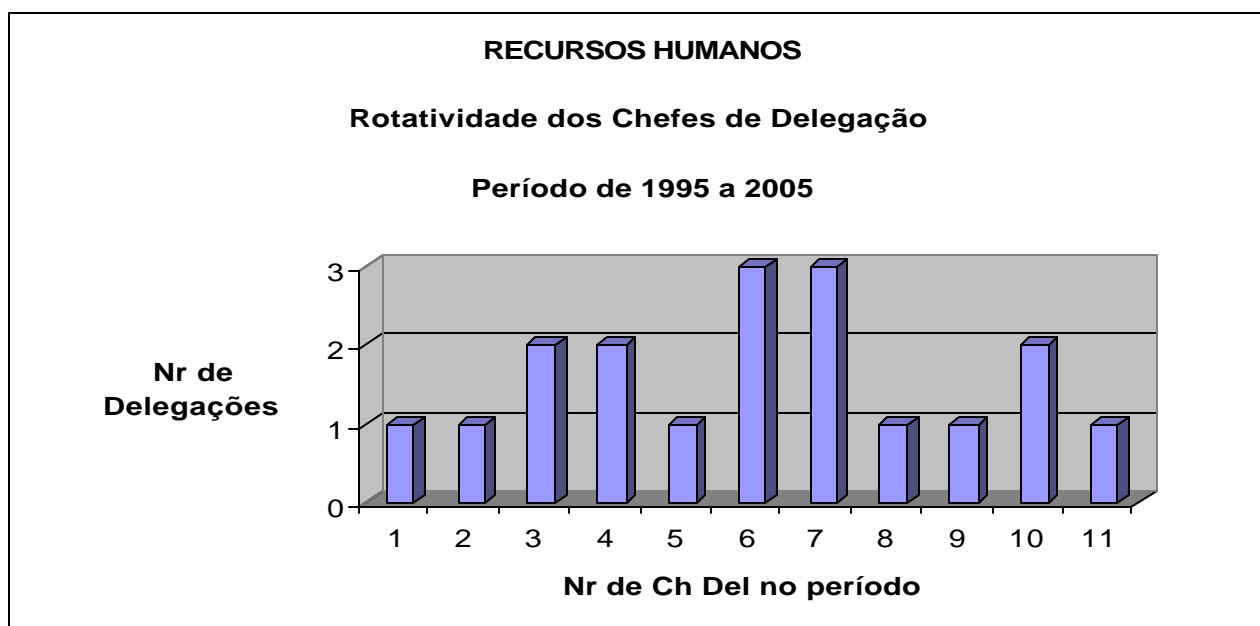


Fig. 4 - Situação de rotatividade de chefes de delegação nos últimos 10 anos.

Analisando-se as atas das Assembléias dos últimos cinco anos, verifica-se que os assuntos tratados pelo CD têm mais a ver com tarefas administrativas e questões internas e protocolares da Junta do que com questões relativas à defesa do hemisfério.

Os mandatos da OEA têm sido cumpridos em boas condições e proporcionam uma motivação saudável à JID, porém exigem muito pouca participação do CD, já que as tarefas decorrentes estão afetas ao Estado-Maior Internacional (EMI) e ao CID. A indefinição do vínculo jurídico entre a JID e aquele Organismo tem reflexo nas atividades da Junta, estando o CD em compasso de espera há mais de 10 anos, apesar de já ter apresentado propostas para o Comissão de Segurança Hemisférica da OEA, até que a situação seja decidida.

As ligações das Delegações com outras autoridades e organismos pertinentes dos seus países nem sempre são fluidas e efetivas, contribuindo para o pouco conhecimento da Junta fora da esfera militar e, muitas vezes, até mesmo nesta esfera.

Existe a percepção generalizada de que os demais órgãos da JID não se reportam suficientemente ao CD para a prestação de contas de suas atividades.

4.1.4 Estado-Maior da JID

O Estado-Maior é constituído por oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica e/ou Fuzileiros Navais dos vários Estados membros, que assim se propõem a contribuir com quantos oficiais desejarem, para cumprir com as funções desse órgão. Entre suas atribuições, desenvolve e atualiza planos militares, prepara estudos, desempenha as funções de assessoria e planejamento necessários para responder às mudanças nos assuntos relativos à segurança hemisférica e desempenha qualquer outra tarefa atribuída pelo Conselho de Delegados como órgão colegiado.

Possui várias Divisões – Desminado Humanitário, Medidas de Fomento de Confiança e Segurança, Análise e Coordenação e Operações de Paz – além de comitês especialmente designados, por meio dos quais realiza análises e formula propostas para a solução de problemas considerados de preocupação coletiva no hemisfério, especialmente os que se referem a: remoção de minas terrestres, medidas de prevenção e mitigação de desastres naturais, medidas de aumento da confiança mútua e

segurança, controle de abuso e tráfico de drogas, manutenção da paz, proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, direitos humanos, segurança hemisférica e defesa continental.

Uma detalhada análise da estrutura de direção da JID e do CD foi preparada pelo Grupo de Trabalho de Implementação da Modernização (GTIM) e suas conclusões estão descritas no documento R-238 – Opções de Governabilidade para uma Junta Interamericana de Defesa Renovada, de 26 de junho de 2003. Este documento também faz um minucioso estudo da estrutura alternativa da JID, proposta pelo GTIM, a qual o CD decidiu adotar incorporando-a ao Rascunho de Regulamento aprovado e encaminhado à OEA.

Outro documento que contém uma auto-análise da JID é o nomeado C-3001, de 12 de agosto de 1999, produzido pelo EMI, intitulado Avaliação Estratégica da JID 2000-2004, que definiu os valores da organização, seus paradigmas, analisou os ambientes internos e externos da Junta, desenvolveu a visão de futuro da Junta e determinou metas estratégicas para a organização.

Um Estudo do Estado-Maior Internacional, intitulado "Modernização da Junta Interamericana de Defesa", foi distribuído em junho de 2001. Fundamentado na decisão do CD de assegurar a presença e a ativa participação da organização na "nova agenda de segurança" do hemisfério americano, o trabalho teve como propósito apresentar uma visão analítica do interior da organização para conhecer o seu estado de então e gerar um espírito de renovação. O objetivo do trabalho foi promover um estado de debate interno para gerar ações que levassem a suficientes graus de desenvolvimento e eficiência.

4.1.5 Secretaria da JID

A Secretaria da Junta Interamericana de Defesa realiza todas as funções internas de administração, logística, finanças, interpretação de idiomas, cerimonial e relações públicas, gerenciamento da informação, biblioteca e controle do acervo e do patrimônio. Atua em proveito da JID como um todo, incluindo-se também o Colégio Interamericano de Defesa, naquilo que se relaciona a algumas das atividades citadas acima.

4.1.6 Colégio Interamericano de Defesa

O CID foi criado em 1962 para preparar pessoal militar e funcionários civis dos Estados Americanos que desejarem mandar representantes, para ocupar cargos de responsabilidade nos altos órgãos de seus países relacionados ao assunto de segurança e defesa.

O Diretor do CID é o próprio Presidente da JID.

O Colégio oferece aos países membros da OEA o Curso Superior de Defesa e Segurança Hemisférica que aplica um plano de estudos de pós-graduação, focado no estudo do Sistema Interamericano, com ênfase nos fatores políticos, econômicos, militares, sociais e em informações que afetam de forma pluridimensional a segurança hemisférica. É complementado por diversos programas acadêmicos em parceria com a National Defense University (NDU) e American University (AU) de Washington-DC; e a Universidad del Salvador (USAL), Buenos Aires-Argentina. Coordena, ainda, conferências de Embaixadores da OEA, ONU, autoridades públicas e de outros órgãos e instituições nacionais e internacionais, além de facilitar as pesquisas e acesso a publicações por parte dos alunos.

Em seus 40 anos de história, o CID já diplomou em torno de 2.000 alunos de 23 diferentes países, dos quais alguns vieram a ocupar ou ocupam posições de liderança em seus respectivos governos, como Ministros e Secretários de Estado, e até mesmo o cargo de Presidente da República.

4.2 Organismos do Sistema Interamericano de Defesa

Como já citado no capítulo 2, Organizações de Segurança e Defesa Hemisférica, existem inúmeras organizações que poderiam ser abordadas aqui. A orientação do presente tema relaciona especificamente a Conferência de Ministros de Defesa (CMD), a Conferência dos Comandantes de Exército (CEA), Força Aérea (SICOFAA), Naval (CNI) e Conferência das Forças Armadas Centroamericanas (CFAC), que poderiam ser aproveitadas pela JID para cumprimento de seu objetivo institucional, solicitando que seja proposto uma instância de participação da JID nos diferentes sistemas de colaboração que têm as Forças Armadas das Américas.

Dentro desse contexto, foram eleitos os organismos que se seguem para uma visão mais detalhada.

4.2.1 Conferência dos Exércitos Americanos (CEA)

A finalidade da Conferência dos Exércitos Americanos é a análise, debate e intercâmbio de idéias e experiências relacionados com matérias de interesse comum, no âmbito da defesa, para aumentar a colaboração e integração entre os Exércitos e contribuir do ponto de vista do pensamento militar para a segurança e para o desenvolvimento democrático dos países membros.

Os Exércitos Americanos criaram, no ano de 1960, a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), com a finalidade declarada de constituir-se um foro de debates para o intercâmbio de experiências entre os Exércitos do Continente Americano. Na mesma época, foram criadas a Conferência Naval Interamericana (CNI) e o Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas

(SICOFAA), organismos congêneres da CEA, no âmbito, respectivamente, das Forças Navais e Aéreas dos países membros.

Fundaram a CEA os seguintes Exércitos Americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicarágua Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Hoje, a CEA é composta por 20 países, tendo sido acrescentados Antigua e Barbuda, Canadá, México, República Dominicana e Trinidad e Tobago. Saíram da Conferência Panamá e Costa Rica. Existem cinco países Observadores: Barbados, Belize, Guiana, Jamaica e Suriname.

Ao longo dos mais de 40 anos de existência já foram realizadas 26 conferências, sendo a última na Argentina 2004-2005, a qual permanece como a atual detentora do acervo.

A Secretaria Executiva Permanente (SEPCEA) é o principal órgão e tem como missão servir como órgão executivo, coordenador e administrativo da CEA, assistindo ao país sede e aos exércitos membros, no planejamento e execução das conferências e executando os assuntos sob sua responsabilidade, previstos nos acordos, regulamentos e outros instrumentos legais, com a finalidade de dar continuidade à Conferência dos Exércitos Americanos como instituição.

Entre as principais realizações gerais nos últimos 10 anos, como organismo militar de caráter internacional, a CEA considera como sua principal tarefa promover a integração entre os Exércitos da América. Entre as mais relevantes têm grande significado as que se traduzem em: desenvolver um intercâmbio permanente de informação e experiências sobre matérias de interesse comum no âmbito da Defesa; fortalecer a integração e colaboração entre os Exércitos Americanos, através da difusão da cultura militar e valores

nacionais; promover a unidade e fortalecer os laços de amizade interamericana, incrementando a confiança mútua entre os Exércitos do continente.

4.2.2 Conferência Naval Interamericana (CNI)

Outro tipo de intercâmbio realizado pelas instituições militares são as Conferências Navais Interamericanas e as Conferências Navais Interamericanas Especializadas (Logística e Material, Ciência e Tecnologia, Busca e Salvamento, Inteligência, Comunicações, Oceanografia, Operações Costeiras e Fluviais, Controle de Tráfego Marítimo, Operações de Helicópteros, Narcotráfico, entre outras), das quais participam altos chefes navais das Marinhas da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Chile, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O Panamá participa apenas como observador.

As Conferências Navais Interamericanas tiveram seu preâmbulo em 1959, quando as Marinhas das Nações do Continente Americano foram convidadas a assistir à Conferência Semestral dos Chefes de Missão da Marinha dos Estados Unidos da América. Em 1960, teve lugar uma Conferência, realizada em duas fases: a primeira fase reservada para os Chefes de Missão da Marinha dos Estados Unidos da América, em Key West Flórida; a segunda fase, uma Conferência Multilateral das Marinhas do Continente, se realizou em San Juan, Porto Rico. Posteriormente, realizaram-se três conferências multilaterais adicionais.

O motivo fundamental da Conferência é o de proporcionar um intercâmbio de idéias, conhecimentos e entendimento mútuo dos problemas marítimos que afetam o Continente. Seu propósito fundamental é estimular os contatos profissionais permanentes entre as Marinhas dos países participantes, com o fim de promover a solidariedade hemisférica.

Foram realizadas ao longo dos últimos 45 anos, vinte e uma Conferências Navais Interamericanas, a saber: I. Balboa, Zona do Canal, Panamá, E.U.A., 1959; II. Key West, Flórida, Estados Unidos da América e San Juan, Porto Rico, 1960; III. Viña del Mar, Chile, 1962; IV. Rio de Janeiro, Brasil, 1964; V. Caracas, Venezuela, 1966; VI. Newport, R. I., Estados Unidos da América, 1971; VII. Mar del Plata, Argentina, 1974; VIII. Rio de Janeiro, Brasil, 1976; IX. Lima, Peru, 1978 X. Quito, Equador, 1980; XI. Cartagena, Colômbia, 1983; XII. Norfolk, Virgínia, Estados Unidos da América, 1985; XIII. Mar del Plata, Argentina, 1986; XIV. Norfolk, Virgínia, Estados Unidos da América, 1988; XV. Viña del Mar, Chile, 1990; XVI. Lima, Peru, 1992; XVII. Punta del Este,

Uruguai, 1994; XVIII. Rio de Janeiro, Brasil, 1996; XIX. Viña del Mar, Chile, 1998; XX. Cartagena, Colômbia, 2000; XXI. San Diego, Califórnia, Estados Unidos, 2004.

Como resultado das deliberações e debates que tiveram lugar nas duas primeiras Conferências Navais Interamericanas, tornou-se evidente a necessidade e a conveniência da redação de um documento que servisse de “Bases de Acordo” para as futuras Conferências Navais. O projeto das “Bases de Acordo” tinha em consideração dois princípios importantes: o primeiro, reconhecia o alto nível das conferências e estabelecia regras, não para limitar os debates, mas para definir com clareza certas linhas fundamentais que permitiriam a consecução das metas da conferência. Era necessário fixar normas e procedimentos que orientassem o planejamento da Conferência, fixando a responsabilidade que devia assumir o País-Sede.

As “Bases do Acordo” para as Conferências Navais Interamericanas têm o propósito de estudar os problemas navais comuns que sejam estimados como necessários à consecução de uma maior eficiência do conjunto e estimular os contatos profissionais permanentes entre os Altos Órgãos Navais do Continente e entre os seus representantes mais credenciados.

Os Temas a discutir são os estudos de índole naval destinados a permitir a realização dos propósitos das Conferências, sendo incluídos um ou mais temas principais de transcendência, além de outras exposições que possam oferecer as Nações-Membros que vão participar da Conferência, segundo o tempo o permita.

Cada Nação tem somente um Delegado com direito a voz e voto que é o do Comandante-Chefe da Armada ou do Chefe de Operações Navais ou do Chefe do Estado-Maior da Armada. Quando essa autoridade não puder assistir à Conferência, poderá designar um representante, de hierarquia apropriada, para que o substitua; essa pessoa gozará das mesmas faculdades concedidas a seu representado. Cada Delegação poderá ter quantos assessores quiser.

A Junta Interamericana de Defesa vem sendo representada nas Conferências, desde 1964, por uma delegação constituída de um Delegado Especial e seus Assessores, que têm sido necessariamente Oficiais de Marinha. O Delegado Especial da Junta Interamericana de Defesa tem direito a voz, porém não a voto, conforme deliberação da IV Conferência Naval Interamericana, realizada no Rio de Janeiro, em agosto de 1964.

Com relação à Direção e à Secretaria-Geral, não há uma Presidência no sentido estrito da palavra, porém a Nação-Sede designa um Oficial-General que, com o título de Diretor, atua durante as sessões de trabalho como relator dos temas a serem tratados e orienta o debate, a fim de chegar às

conclusões procuradas. A instituição naval da Nação-Sede organiza os trabalhos de Secretaria-Geral para que esta possa cumprir sua missão durante a Conferência e faz com que as Recomendações adotadas sejam impressas e distribuídas.

A futura Nação-Sede fica encarregada de receber todas as Recomendações adotadas e experiências colhidas na última Conferência, que facilitem o desenvolvimento da próxima reunião. A sede das Conferências é eleita por sorteio entre os países que tenham se oferecido para ser sede, sendo também por sorteio, designados dois países como sub-sedes, caso o país eleito não possa realizar a Conferência por motivos de força-maior.

O ciclo de realização das Conferências, via de regra, segue a periodicidade de não menos de um ano nem de mais de dois anos. Este ciclo poderá ser alterado se, na opinião da Conferência, a situação político-militar o aconselhe. Assim, esta questão é um dos pontos a tratar em cada reunião. A pedido de três ou mais membros, poder-se-á convocar uma reunião extraordinária, em qualquer momento. A sede da Conferência caberá a uma das Nações proponentes.

A Nação eleita como sede proporá a data da futura Conferência, devendo considerar para isso, os ciclos de trabalhos institucionais, as condições climáticas mais favoráveis, etc. As línguas oficiais, para todos os efeitos, são o Espanhol, o Inglês e o Português. A Nação-Sede estipulará a duração das Conferências de acordo com os temas a tratar. Via de regra, as sessões não deverão exceder uma semana.

Acordos adotados terão caráter de Recomendações e corresponderá às respectivas Marinhas pactuantes sua adoção. Os acordos serão adotados segundo o estabelecido nas Regras de Debate para a condução das Conferências Navais Interamericanas. As Recomendações adotadas pelo Conselho de Delegados, em cada Conferência Naval Interamericana, e as recomendações adotadas pelas Conferências Navais Interamericanas Especializadas incorporar-se-ão a um documento oficial chamado “Repertório”.

Além das obrigações enunciadas acima, a Nação Sede deverá designar Oficiais de Ligação para os Delegados; estabelecer o serviço de Secretaria-Geral, proporcionando pessoal devidamente qualificado; formular na oportunidade devida, os convites para a Conferência, estipulando data, lugar e pormenores adicionais como preparativos, reservas de hotéis, etc; e financiar as despesas do Delegado e de dois Assessores por Delegação.

4.2.3 Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (SICOFFAA)

O Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFFAA) é uma organização apolítica e de caráter voluntário. Tem como propósito promover e fortalecer os laços de amizade e o apoio mútuo de seus participantes. Estes objetivos se cumprem por meio de intercâmbio de experiências, meios de treinamento e instrução de pessoal e tudo aquilo que facilite a elaboração de procedimentos para atuar de forma combinada, em cumprimento ao disposto pelos respectivos governos.

A idéia de reunir os comandantes das Forças Aéreas foi sugerida pelo então Chefe do Estado-Maior da Força Aérea Norte-americana, General Thomas D. White. O dia 16 de abril de 1961 ficou marcado com a realização da primeira Conferência, que se realizou na Base Aérea Randolph, San Antônio, Texas, EUA. Naquela conferência se fizeram acordos para tratar dos propósitos de um fortalecimento das relações fraternas institucionais, assim como o planejamento de uma cooperação profissional efetiva. No ano de 1964, a Força Aérea do Peru propôs a criação de uma organização voluntária de mútua relação profissional e apresentou para deliberação o documento “Bases e Procedimentos para um Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas”, o qual foi aceito e aprovado na conferência de 1965, constituindo-se na primeira Carta Constitutiva da SICOFFAA.

A SICOFFAA conta atualmente com os seguintes integrantes: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, EUA, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Constituem organismos do sistema: a Conferência dos Chefes de Força Aérea Americanas (CONJEFAMER), a Junta de Avaliação e Planejamento (JEP) – PREPLAN e a Secretaria da SICOFFAA (SPS).

Os documentos normativos da SICOFFAA são: sua Carta Constituinte, o Manual de Protocolo, o Estatuto da Legião do Mérito para a “Confraternidade Aérea Americana”, o Livro Cronológico e o Livro de Dados SAR-APCADE.

4.2.4 Conferência das Forças Armadas Centroamericanas (CFAC)

A Conferência das Forças Armadas Centroamericanas foi instituída para contribuir com a segurança, o desenvolvimento e a integração militar da região e tem como finalidade dar impulso ao esforço permanente e sistemático de cooperação, coordenação e apoio mútuo entre as Forças Armadas para o estudo em conjunto de assuntos de interesse comum e proporcionar um nível excelente de defesa contra ameaças à democracia, à paz e à liberdade.

Os objetivos da Conferência são:

- Recomendar ações concretas contra as ameaças à democracia, à paz e à liberdade, com a finalidade de proporcionar um melhor nível de defesa;
- Trocar informações e experiências em todos os aspectos de cooperação e dar impulso aos mecanismos de confiança mútua entre os países membros;
- Participar de foros políticos, econômicos, psicossociais e militares de interesse para a integração da defesa, a segurança democrática, a paz e a liberdade da região;
- Promover, por meio de atividades especiais, o estudo, discussão e reflexão sobre assuntos militares e outros de interesse comum;
- Participar dos estudos que contribuam para a promoção do desenvolvimento da região e a redução de impactos no caso de desastres naturais;
- Estabelecer comunicação permanente com a Secretaria-Geral do Sistema de Integração Centroamericana (SICA).

A Organização constitui-se de um Conselho Superior, uma Secretaria-Geral, um Comitê Executivo, e de seus Integrantes: Exército da Guatemala, Forças Armadas de El Salvador, Forças Armadas de Honduras e Exército da Nicarágua.

Participam, ainda, como observadores a França, Espanha, República Dominicana, Alemanha e os Estados Unidos da América.

O Conselho Superior é o órgão de decisão da CFAC, constituído pelos Ministros de Defesa, Secretários de Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de cada país membro. Reúne-se ordinariamente uma vez a cada semestre e extraordinariamente quando assim for decidido por esse órgão, de acordo com o mandato dos Presidentes Constitucionais dos Estados Membros.

O Comitê executivo da CFAC é o órgão encarregado de assessorar, controlar e dar seguimento às decisões do Conselho Superior. É integrado pelos Chefes de Estado-Maior Conjunto ou equivalentes de cada país. Desenvolve um mínimo de duas reuniões de trabalho anual de forma rotativa, para a qual seus integrantes poderão fazer-se acompanhar por oficiais das diferentes Forças. As Atividades Especializadas compreendem o planejamento para a realização de reuniões entre pessoal de Inteligência, Logística, Assuntos Cíveis, Forças Navais, Forças Aéreas, Doutrina, assim como também o desenvolvimento de Operações Humanitárias, de Manutenção da Paz; e Programas orientados para o fortalecimento das Medidas de Fomento da Confiança e Cultura da Paz. Nestas

Atividades Especializadas os membros da CFAC serão representados pelos militares da cada país, de acordo com o tema a tratar e o nível que corresponda.

4.3 Vínculos entre a JID e os OSDH

A JID é um órgão constituído quase que exclusivamente por pessoal militar. Esses militares são cedidos pelos países membros e possuem elevado padrão de desempenho ao serem designados para prestar seus serviços para o bem comum do hemisfério. Por esse motivo, possui fortes vínculos com os OSDH já citados neste capítulo, decorrentes dessa natureza. As características referentes aos militares das diversas Forças Singulares dos países integrantes da JID são, de certa forma, bastante semelhantes, pois todos os países são de colonização européia ocidental, possuem história e culturas muito semelhantes. A disciplina, uso de uniformes, senso de responsabilidade e dever, a hierarquia, entre outros aspectos, aproximam bastante seus integrantes, fazendo com que haja uma identificação natural entre eles.

Sem dúvida, a JID, como instituição que representa o campo militar na OEA é a que possui os maiores vínculos e está mais capacitada a atuar junto aos OSDH para realizar a integração e coordenação dos assuntos de interesse da OEA e dos diversos países, no sentido de obter os melhores resultados na discussão e implementação da participação das Forças Armadas nas ações que visam aumentar a segurança nos países, subregiões e regiões do hemisfério.

Capítulo 5

UMA PROPOSTA DE MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO DA JID COMO INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS DE SEGURANÇA E DEFESA HEMISFÉRICA

5.1 Considerações

A maior inserção da JID nos assuntos de Defesa, nas reuniões, conferências e foruns de discussão dos Organismos de Segurança e Defesa Hemisférica vai depender, fundamentalmente, da decisão a ser tomada na próxima reunião do Conselho Permanente da OEA, sobre a relação JID x OEA e seu rol de atribuições e mandatos, a qual vai ocorrer no final do primeiro semestre de 2005. Entretanto, independente da forma de relação jurídica a ser estabelecida entre essas instituições, a JID deverá buscar um estreitamento de laços com os OSDH, em particular com a Reunião dos Ministros/Secretários de Defesa, para reforçar pontos de contato, de interesses e convergências e ampliar seu papel no contexto da Segurança e Defesa Hemisférica.

Nos capítulos anteriores buscou-se juntar conceitos, informações e dados que facilitassem a apresentação de um mecanismo que atenda a orientação da própria JID, conforme descrito abaixo.

O Anexo “B” da Diretriz 3.4 Monografias – Temas Específicos, Nº 34 – Implementação de um Mecanismo de Participação da JID como Instância de Coordenação das Organizações de Defesa do Hemisfério, tem em sua orientação o seguinte: *“Las Fuerzas Armadas del Hemisferio tienen implementados Sistemas de Cooperación Interamericana; tal es el caso, de la Conferencia de Ministros de Defensa, Comandantes del Ejército, Fuerza Aérea, Naval y otros por establecer, que podrían ser aprovechados por la JID, para el cumplimiento de su objetivo institucional. Proponer una instancia de participación de la JID en los diferentes Sistemas de colaboración que tienen las FFAA de las Américas.”* Este será o foco das apreciações a seguir.

Dentro da orientação já acima citada, a JID é colocada como elemento coordenador dos OSDH, o que parece um pouco difícil, em função de algumas peculiaridades existentes entre a OEA e a JID, desde a criação desses organismos e ao longo de sua história, das quais buscou-se levantar os argumentos que se seguem.

a. as Reuniões, Conferências, Foruns, etc, envolvem autoridades de nível superior ao da JID, como é o caso dos Ministros ou Secretários de Defesa. A maioria dos Ministros/Secretários são civis e seriam conduzidos pelo Presidente da JID, um órgão eminentemente militar. Mesmo os Comandantes ou Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares têm maior grau de hierarquia e sabe-se que no

ambiente militar o fator hierarquico é bastante valorizado, além de o Presidente da JID ser um cargo ocupado permanentemente por um oficial general dos EUA, isto é, não é rotativo;

b. as Reuniões e Conferências ocorrem, normalmente, a cada 2 anos. Não é portanto, um foro permanente, ficando o encargo pela reunião seguinte com o país que se apresentar voluntariamente para sediar a Reunião/Conferência. O anfitrião de um ano passa para o seguinte os documentos e experiências obtidas e coopera com o próximo país sede na preparação e seguimento das agendas, conforme reuniões anteriores. A mudança constante das sedes e encargos permite que as autoridades militares de um país visitem os demais, aumentando o conhecimentos e o grau de confiança dos participantes e, por decorrência, de suas forças armadas;

c. conforme já exposto no Cap 2.4, Instâncias de Participação, dos níveis de engajamento, a JID não se enquadra como “membro” desses organismos, apesar de possuir vínculos, pois também é militar. Estes reúnem características e peculiaridades que assim qualificam seus participantes;

d. há que se ter uma decisão da OEA que realmente transpareça sua intenção em colocar a JID como órgão valorizado e fortalecido nos assuntos de Segurança e Defesa no âmbito das Américas. De certa forma, contudo, isso contraria a tendência histórica da OEA de não definir claramente o papel da JID e de não assumi-la efetivamente como órgão afiliado. Continua a existir entre alguns países, especialmente da América Latina, fruto de experiências com os regimes militares em décadas passadas, o temor de dar atribuições muito amplas ou poderes aos militares, envolvendo-os em assuntos não específicos de defesa tradicional, o que poderia levar a uma militarização de outros setores;

e. o senso corrente na OEA, de que as decisões mais importantes devem ser por consenso, ou seja, praticamente por unanimidade, sem que hajam votos contrários ou interesses contrariados, o que dificulta bastante a obtenção de definições. Sempre há motivo para nova rodada de negociações e discussões, deixando-se a solução para depois, como vem ocorrendo com a definição dos vínculos jurídicos da JID com a OEA;

f. o princípio praticamente unânime entre os embaixadores da OEA de que o estamento militar deve ficar subordinado ao poder civil e que a JID não deve ter de forma nenhuma um caráter operativo;

g. os princípios que sempre nortearam as decisões e o marco jurídico da OEA, sua Carta , a Carta Democrática, bem como outros acordos e Convenções, praticamente descartam ou rejeitam soluções militares ou o uso da força (aparato militar), com o emprego de mecanismos militares, nos

moldes da OTAN. Exemplo disso é o recente caso do HAITI, que em 2003, passando por nova fase de sua longa crise, solicitou à OEA apoio para contornar as dificuldades que ameaçava a situação interna. Pediu o envio de 600 policiais para cooperar com a segurança naquele país, a um custo bastante reduzido, para o qual a OEA não dispunha de recursos. Nessa oportunidade, muitos países, baseado nos princípios de não intervenção e soberania dos estados membros, além da falta de recursos, deixaram de aprovar o apoio solicitado, permitindo que a crise se agravasse e tivesse o desfecho que foi visto em 2004, quando foi preciso solicitar a intervenção da ONU, a qual ainda está em andamento, a um custo que será, seguramente, muito mais oneroso.

Verifica-se, portanto, que dificilmente poderá a JID desempenhar um papel de coordenação dos Organismos de Defesa do Hemisfério, a menos que a próxima decisão da OEA mude radicalmente o quadro que se tem visto nos últimos 50 anos. Essa coordenação poderia ocorrer com relação aos assuntos tratados, divulgando as informações de interesse de outros setores relacionados com Segurança e Defesa.

Um esquema de relacionamento da JID com diversos organismos do Sistema Interamericano é mostrado no Anexo “A”.

5.2 A JID e a Conferência de Ministros da Defesa Hemisférica

Existe uma idéia entre oficiais de diversos países de que a JID deveria funcionar como Secretaria Permanente da Conferência de Ministros de Defesa. Dado o caráter mais político e não operativo dessa reuniões, a JID tem plenas condições e estrutura para prestar esse apoio, além de poder com isso, fazer a ligação mais adequada entre o campo político da OEA e o campo militar representado pelos Ministros/Secretários de Defesa. Esse papel da JID irá aumentar a capacidade de interpretar e transmitir, em várias direções (OEA <=> OSDH <=> JID <=> Países membros), os sentimentos, anseios, preocupações e aspirações que surgirem, sejam subregionais ou hemisféricos.

Para atender às necessidades das reuniões, seria necessário montar uma estrutura temporária, com uma antecedência de 3 a 6 meses, na sede da futura conferência. O país anfitrião prestaria todo o apoio administrativo e logístico necessário. As atividades específicas e constantes da agenda ficariam a cargo da JID, atuando como Secretaria da Conferência, para registrar e organizar a documentação, enquanto que as outras atividades das Comitivas e Representações, como instalação e hospedagem, transporte e alimentação, reuniões sociais e recepções, visitas culturais e às organizações militares, assim como eventuais demonstrações de material e pessoal das Forças Armadas do país anfitrião ficariam a cargo do mesmo.

Nessas reuniões, o Presidente da JID, representando a OEA, levaria os assuntos julgados pertinentes para informação e/ou discussão no âmbito da Conferência, como por exemplo o desenvolvimento e andamento das atividades das Missões de Desminado, no período entre as conferências; controle de certos armamentos de destruição massiva; desenvolvimento e construção de embarcações e equipamentos apropriados para enfrentar as ameaças na região amazônica, como narcotráfico e danos ao meio ambiente, entre outros. Da mesma forma, após a realização da reunião, prestaria informações à Comissão de Segurança Hemisférica ou ao Conselho Permanente da OEA sobre os assuntos tratados e seus desdobramentos.

A Conferência dos Ministros/Secretários de Defesa deveria incluir todos os países da OEA, para ser mais abrangente e significativa.

Acredita-se que a JID não estaria incorrendo nos motivos de dificuldades citadas nos itens 5.1.a. e 5.1.b. deste capítulo, pois não estaria realizando o papel de coordenador do organismo e daria maior continuidade e permanência nas atividades, pois os assuntos da agenda estariam permanentemente abertos para discussão nas assembléias da JID ou na OEA e seus outros órgãos.

5.3 A JID e as Conferências das Forças Singulares

Com relação a conferências como a CNI, CEA, SICOFAA e CFAC, a JID participaria apenas como representante da OEA, para levar os assuntos achados pertinentes para conhecimento e/ou discussão dos Comandantes/Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares dos países participantes.

Por serem reuniões de caráter mais técnico, onde são tratados assuntos específicos e peculiaridades de determinada Força Singular e não assuntos políticos, esses eventos, deveriam merecer a atenção da JID, pois poderiam funcionar como meio de divulgação de idéias, informações, conceitos e discussão de assuntos de interesse da JID/OEA que se relacionam com a Segurança e Defesa Hemisférica.

Embora haja uma natural rejeição à idéia de maior participação das Forças Armadas nos assuntos referentes às “Ameaças Não-tradicionais”, há uma crescente demanda e solicitação da sociedade civil para que isso aconteça. Em alguns países já está ocorrendo, em maior ou menor grau. Exemplos disso são as atribuições já constantes das Leis Magnas de alguns países com respeito aos diversos tipos de ameaças existentes atualmente, as quais são denominadas de “atribuições subsidiárias” (Capítulo 2, página 4), quando as Forças Armadas atuam nos casos de apoio ao desenvolvimento, calamidade pública, desastres naturais, defesa civil e defesa do meio ambiente, entre outras atividades.

Um bom exemplo é o caso do Brasil, onde a Lei Complementar LC 117/2004, especifica atribuições subsidiárias particulares às Forças Armadas para cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos com repercussão nacional ou internacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução (Art 16)⁸. Nos casos acima, cabe à Marinha, os delitos quanto ao uso do mar, águas interiores e áreas portuárias (Art 17)⁸. Ao Exército, estão afetos os delitos no território nacional, bem como atuar por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, executando patrulhamento, revista de pessoas, veículos, embarcações e aeronaves, além de prisões em flagrante delito (Art 17 A)⁸. À Força Aérea, estão afetas as ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos que envolvem tráfico de drogas, armas, munição e passageiros ilegais (Art 18)⁸. Essas atividades têm ainda o respaldo da “Lei do Abate”⁹, aprovada em outubro de 2004, que permitirá uma atuação mais efetiva da FAB contra aeronaves suspeitas, que invadam o espaço aéreo brasileiro.

Há entretanto, uma preocupação para que se evite a aplicação generalizada dos conceitos de segurança aos mais variados assuntos, como expressou o Embaixador Roger Francisco Noriega, representante dos Estados Unidos da América, na apresentação à Comissão de Segurança Hemisférica, em reunião de 05 de outubro de 2002, quando diz, na primeira de suas oito recomendações: *‘Temos de resistir à forte tentação de definir a ‘segurança’ de modo a abarcar praticamente toda questão. Por exemplo, embora de fato devemos considerar o impacto da pobreza extrema sobre nossa segurança comum, devemos ter cuidado para não aceitar uma definição excessivamente ampla, inespecífica, que destitua o termo ‘segurança’ de praticamente todo significado e torne inatingíveis as metas de nossa agenda de segurança hemisférica’*.

Na mesma reunião, assim se expressou o Embaixador Valter Pely Moreira, representante do Brasil, em sua exposição: *“...estabelecamos com clareza a definição e o alcance dos conceitos de segurança e defesa, visto que diferentes países definem segurança e defesa de forma diversa e possuem entendimentos distintos acerca da sua abrangência. Assim, quando falamos, por exemplo, que a questão do HIV/AIDS é um problema de segurança, não estamos dando ao termo a mesma aceção que tem quando falamos em medidas de fortalecimento da confiança e da segurança. No primeiro caso, estamos nos referindo a um dos vários aspectos do enfoque multidimensional,*

⁸ Lei Complementar Nº 117, de 2004. República Federativa do Brasil.

⁹ Lei Nº 9.614, de 05 Mar 98, Regulamentada pelo Decreto 5.144, de Out 2004. República Federativa do Brasil.

enquanto que no último caso estamos nos referindo à segurança no sentido tradicional, relacionado com o componente militar. Ou seja, muito temos debatido, e eu tenho percebido, assim como outros colegas meus que participaram das reuniões de Ministros de Defesa, que a interlocução às vezes se vê prejudicada pela percepção distinta que os países muitas vezes têm dos termos segurança e defesa...”

5.4 Áreas de coordenação

A JID, tendo maior participação nas conferências e reuniões dos OSDH, poderia funcionar como facilitador em algumas áreas onde a cooperação e coordenação iria contribuir de maneira muito positiva para o aumento do nível de segurança.

5.4.1 Inteligência – a principal área que poderia ser trazida como área de coordenação é, sem dúvida, a de inteligência, que nos dias atuais assumiu uma importância fundamental. Dado que as coisas evoluem atualmente com uma velocidade espantosa e as informações correm o mundo em poucos segundos, a área de inteligência é a mais importante e também a mais vulnerável, seja em qual campo do poder for. Logicamente, aquilo que envolve segurança e defesa, que pelos conceitos mais modernos incluem além das “tradicionais” as ameaças “não tradicionais” e as “multidimensionais”, são as que devem receber maior atenção e cuidados. Uma simples falha ou retardo num dos órgãos de segurança pode significar, no caso do terrorismo, mais um atentado bem sucedido, ou no caso do narcotráfico, a ineficiência na detenção e apreensão de uma remessa ilícita de drogas.

5.4.2 Treinamento de pessoal – o treinamento e a adoção de procedimentos padronizados de atuação é também de suma importância. A informação que fluirá pelos canais de informação e de comando só terá valor se contar com pessoal especializado e preparado para retirar dela todo o seu conteúdo útil. O despreparo, a desatualização e o desconhecimento de como proceder e entender o sistema é uma das mais comuns falhas nas instituições, principalmente as governamentais. Cursos, Simpósios, Conferências, Exercícios, Programas de atualização, entre outros, são ferramentas importantes no treinamento de recursos humanos. A simples remessa de boletins informativos dentro de um sistema rotineiro de atuação permite que seus integrantes trabalhem com maiores possibilidades de melhorar seu rendimento pessoal no trabalho.

5.4.3 Adoção de sistemas padronizados – apesar de parecer lógico e contar com a concordância de todos, a implantação de sistemas padronizados é uma evolução difícil, quando se conta com uma diversidade tão grande de organismos, estados, línguas e níveis de desenvolvimento, como é o caso do Sistema Interamericano. Isso envolve a substituição dos atuais equipamentos de

comunicações, sistemas, formatos e linguagens, além de outros tipos existentes, por um padrão aprovado e que tenha a confiança de todos. É uma questão de decisão política que assim seja, para que todos os campos do poder de um estado possa adotar as medidas necessárias para que isso aconteça. Some-se a essas dificuldades a falta de recursos que a grande maioria dos estados enfrenta.

5.5 Mecanismo

A JID é uma instituição bastante peculiar. Possui um colegiado para a discussão e decisões coletivas, o Conselho de Delegados, como já foi visto no capítulo 4, o qual se reúne atualmente uma vez por mês, e, em função da indefinição do papel da JID, tem tratado de assuntos e tarefas administrativas e de questões internas e protocolares na maioria das assembleias dos últimos cinco anos. Possui também um Estado-Maior Internacional que desenvolve os trabalhos correntes, estudos e análises de maior profundidade. Este, entretanto, não é organizado como um estado-maior militar clássico, mas sim está estruturado em divisões conforme suas atuais atividades e atribuições.

Conforme já visto também no capítulo 4 (pag 23), a Resolução da Assembleia Geral 1240 tira da JID qualquer possibilidade de atuar na área operacional-militar. Da mesma forma, a Declaração sobre Segurança nas Américas (28 Out 03) traz nos seus preâmbulos que a Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) é o órgão da OEA encarregado pela Cúpula das Américas de tratar da definição sobre os conceitos de segurança hemisférica e da revitalização e fortalecimento das instituições do Sistema Interamericano relacionadas com os diversos aspectos da Segurança Hemisférica, ficando a JID com um papel apenas de assessoramento.

Sendo assim, a parte da JID que deverá integrar o mecanismo de participação/coordenação desta com os OSDH é, naturalmente, o Estado-Maior Internacional da Junta, ou outro órgão que lhe corresponda, se houver mudança na sua constituição. Para isso, deverá sofrer uma reestruturação, com a criação de uma divisão que permita participar de todas as conferências e reuniões no âmbito interamericano, de forma dinâmica e efetiva, fazendo realmente o papel de coordenador, não das instituições (CEA, CNI, SICOFFAA, CFAC), mas dos assuntos, interesses discutidos e/ou recomendados nos mesmos ou desdobramentos destes.

A nova divisão poderia denominar-se “Divisão de Cooperação e Coordenação Militar”, sendo organizada em subdivisões, conforme as diversas Conferências e Reuniões ou por Força Singular à qual estará ligada, uma vez que existem várias Conferências Especializadas, em especial nas áreas naval e aeronáutica. A subdivisão por força singular parece responder melhor e de forma mais simples aos objetivos da nova divisão. Um oficial superior (nível coronel ou tenente-coronel) da respectiva

força seria o chefe de cada subdivisão correspondente, sendo constituída por outros oficiais e funcionários civis, conforme ditasse a necessidade.

Uma proposta de Divisão de Coordenação e Cooperação Militar poderia ser a seguinte:

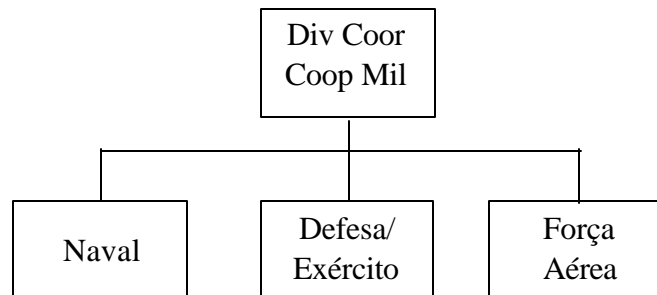


Fig. 5 Organograma da nova divisão da JID

A Conferência dos Ministros de Defesa foi colocada na mesma subdivisão do Exército, tendo em vista as outras forças singulares possuírem inúmeras outras Conferências Especializadas. Dessa forma, ficam as tarefas e os encargos melhor distribuídos.

Os assuntos discutidos e deliberados nas Conferências, para melhor aproveitamento dos resultados das mesmas, seriam levados ao Conselho de Delegados da JID, para conhecimento e avaliação, e à Comissão de Segurança Hemisférica, como assessoria, dentre os assuntos militares, para conhecimento e informação.

Os resultados dessas conferências, com suas resoluções e recomendações seriam posteriormente divulgados num campo específico da página da JID na Internet, para maior destaque, transparência e divulgação das atividades e das realizações. Atualmente, obter-se qualquer dado sobre esses temas é muito difícil. Quando existe uma página na Internet sobre esses assuntos, os mesmos são incompletos e desatualizados, senão muitas vezes são meras transcrições de discursos de autoridades na abertura e/ou encerramento dos eventos. Dado que, normalmente, não possuem nenhuma informação confidencial, deveriam ter a maior publicidade possível, fazendo com que a área acadêmica, o público e a sociedade civil em geral, tomem conhecimento do que vem sendo feito nessa área tão importante que é a Segurança e Defesa.

Uma das maiores dificuldades da “Era da Informação” é o gerenciamento e a manipulação dos dados e conhecimentos gerados, fazer uma triagem do que é importante, daquilo que realmente interessa. A existência da Div Coor e Coop Mil no âmbito da JID, com um efetivo acompanhamento de todos os eventos e atividades da área militar do hemisfério, irá facilitar a análise da situação e o assessoramento ao Conselho de Delegados, ao Conselho de Segurança Hemisférica, assim como à Assembléia Geral/ OEA.

5.6 Critérios da Proposição

Considerando-se a proposta apresentada, foram levantados alguns aspectos positivos e negativos citados abaixo.

Positivos

- valorizar a atividade de coordenação por parte da JID nos assuntos de Segurança e Defesa por ocasião das conferências e reuniões das Forças Singulares do Hemisfério Americano;
- utilização mais apropriada da estrutura, experiências e capacidades já existentes na JID;
- maior aproveitamento dos vínculos já existentes entre a JID e os OSDH;
- desenvolvimento de maior confiança e transparência dentro do Sistema Interamericano de Segurança e Defesa como um todo;
- maior efetividade das ações de combate às ameaças e preocupações, bem como dos resultados a serem obtidos;
- economia e racionalidade de esforços no emprego dos meios pertencentes aos diversos campos do poder, em especial, o militar, com as Forças Armadas;
- maior controle por parte do campo político/governamental sobre as atividades militares, com relação aos assuntos referentes à Segurança e Defesa do Hemisfério;
- maior facilidade de interrelação e cooperação entre a OEA (campo político) e os OSDH (campo militar), por meio da JID, facilitando o relacionamento.

Negativos

- possibilidade de confusões e incertezas sobre os limites de emprego de Forças Militares, Policiais e de elementos governamentais no combate às diversas ameaças, preocupações e novos desafios existentes no Hemisfério;
- dificuldade na coordenação, especialmente quando se trata de assuntos bastante diversos entre variadas instituições;
- estrutura insuficiente da JID para assumir mais esse encargo, necessitando de ampliação no seu efetivo;
- representatividade não integral dos países da OEA na JID. Atualmente, somente 64 % dos membros da OEA possuem representantes no Conselho de Delegados da JID e poucos cedem oficiais para trabalhar no Estado-Maior Internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil Escola.** “Terrorismo”. Página na Internet. - <http://www.brasilecola.com/historiag/atentado.htm>
- Colégio Interamericano de Defesa (CID).** “Manual 2.2- Publicações e Formatos (Vol 2 / Cap.2)”. Normas Internas do CID. Documento. Washington, DC, 2004
- Colégio Interamericano de Defesa (CID).** “Diretiva 3.4 – Monografias – Classe XLIV”. Normas Internas do CID. Documento. Washington, DC, Set 04
- Comissão de Segurança Hemisférica da OEA. “**Compendio de respuestas de los estados miembros al Cuestionario sobre nuevos enfoques de la Seguridad Hemisférica**”. Documento. 01 Out 2002
- Comissão de Segurança Hemisférica da OEA. “**Conferência Especial sobre Segurança**”. Documento, México, Out 2003
- Conferência dos Exércitos Americanos (CEA).** Página oficial na Internet - <http://www.redcea.org/portugues/home.html>
- Conferência dos Ministros de Defesa das Américas.** Página na Internet - <http://www.oas.org>
- Delegação da Colômbia na JID.** “A Segurança Convencional”. Exposição na reunião da CSH, de 10 Dez 02. Documento. Página na Internet - <http://www.oas.org>
- Einaldi, Luigi, Embaixador, Secretário-Geral Interino da OEA.** “Visão Hemisférica Global da Perspectiva da OEA”. Palestra no Colégio Interamericano de Defesa, 04 Jan 05
- Escola Vesper.** “Atentado contra os EUA”. Página na Internet http://escolavesper.com.br/atentadocontra_eua_pg_8_veja.htm
- Grupo de Trabalho da JID.** “Opções de Modernização da Junta Interamericana de Defesa”. Documento oficioso apresentado pelo Presidente do Grupo de Trabalho encarregado do estudo, 26 Abr 04. Página na internet <http://www.oas.org>
- Guerra Fria.** Páginas da Internet - <http://www.tg3.com.br/guerrafria/> ; <http://www.monografias.com/trabajos3/guerrafria/guerrafria.html>; http://www.geosites.com/guerrafria2003/globin_nagas.h2.htm; <http://www.suapesquisa.com/guerrafria/>; e <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria>
- Junta Interamericana de Defesa (JID). **Página oficial na Internet - <http://www.jid.org/pt/>**
- Junta Interamericana de Defesa – Estado-Maior Internacional.** “A Conceituação dos Novos Desafios e Ameaças à Segurança Hemisférica”. Documento. Washington, DC, Junho 2003

Macedo Carvalho, Luiz Paulo, Cel Art R1. “O Papel das Forças Armadas: reflexões sobre política de defesa”. Artigo. Página da Internet - <http://www.reservaer.com.br/est-militares/papaeldasFFAA.html>

Ministério da Defesa do Brasil. **Página oficial na Internet - <http://www.defesa.org.br>**

Montoya, Jorge, Capitão de Navio. “Papel de la JID en el Contexto Interamericano para el siglo XXI”, Monografía, CID, 1997

Moreira, Valter Pecky, Embaixador do Brasil na OEA. “Abordagens Nacionais aos Aspectos Bilaterais e Sub-regionais da Segurança Hemisférica”. Documento apresentado à CSH, na reunião de 05 Nov 02. Página na Internet – <http://www.oas.org>

Noriega, Roger Francisco, Embaixador dos Estados Unidos da América na OEA. “Enfoques Nacionais e Aspectos Bilaterais e Sub-regionais das Segurança Hemisférica”. Apresentado à Comissão de Segurança Hemisférica da OEA, na reunião de 05 Nov 02. Página na Internet – <http://www.oas.org>

Organização dos Estados Americanos (OEA). “Estrutura da Organização dos Estados Americanos”. Página na Internet – <http://www.oas.org/documents/por/structure.asp>

Organização dos Estados Americanos (OEA). Resolução 1240/AG/RES (XXIII-O/93) “Assessoramento e prestação de serviços consultivos de caráter técnico-militar que em nenhum caso poderão ser de natureza operacional”. Documento, 1993

Organização dos Estados Americanos (OEA). Resolução OEA/Ser.K/XXXVIII./2003 “Declaração sobre Segurança nas Américas” – Conferência Especial sobre Segurança/Cidade do México. Documento, Out 2003

Organização dos Estados Americanos (OEA). **Página oficial na Internet - <http://www.oas.org>**

Portal Brasil Net. “Atentado Terrorista em Nova Iorque”. Página na Internet – http://portalbrasil.net/reportagem_atentado_wtc.htm

Sánchez, Zoila, “La Junta Interamericana de Defensa y su rol ante la Organización de los Estados Americanos, como agencia especializada”, Monografía, CID, Maio 2003

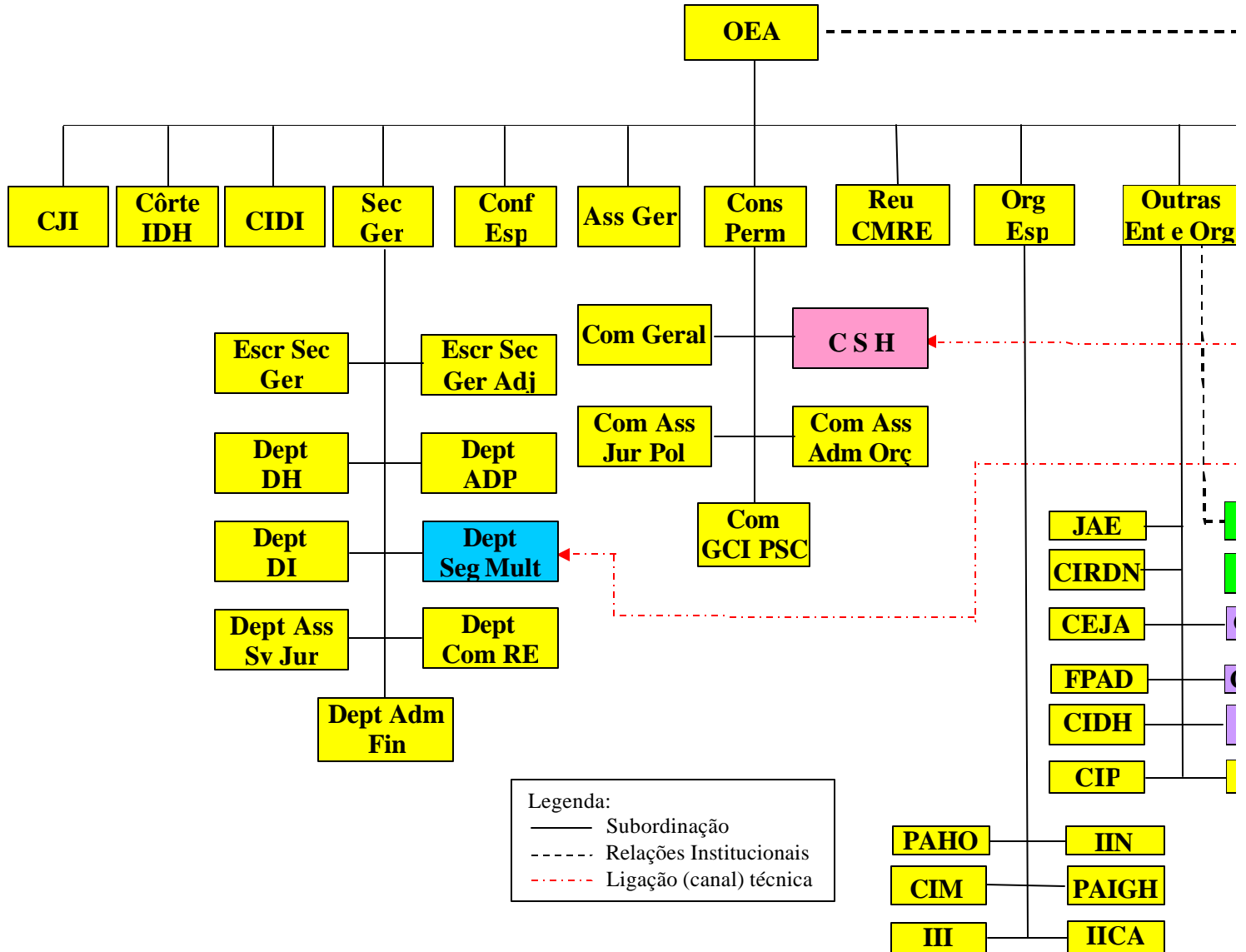
Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA). Página oficial na Internet – <http://sicofaa.org/Principal.htm>

The 9/11 Comission Report. “Final Report of the National Comission on Terrorism Attaks upon the United States”. 1ª Ed, EUA, Nova Iorque, 2004

Universidade Corporativa de Risco Empresarial - Brasiliano e Associados. “Conseqüências do Ato Terrorista de 11 de setembro” Página na Internet –
http://www.brasiliano.com.br/artigo_20021109_a2.htm

ANEXO A

ESQUEMA DE RELACIONAMENTO ENTRE A JID E OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA HEMISFÉRICA



Abreviaturas

Ass Ger	Assembléia-Geral
CEJA	Centro de Estudos da Justiça das Américas
Com Ass Adm Orç	Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários
Com Ass Jur Pol	Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos
Com Geral	Comissão-Geral
CICAD	Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIDI	Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
CIM	Comissão Interamericana de Mulheres
CITEL	Comissão Interamericana de Telecomunicações
CICTE	Comissão Interamericana contra o Terrorismo
CIP	Comissão Interamericana de Portos
CIRDN	Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais
C J I	Comissão Jurídica Internacional
C S H	Comissão de Segurança Hemisférica
Com GCI PSC	Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA
Conf Esp	Conferências Especializadas
Cons Perm	Conselho Permanente
Côrte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
Dept Adm Fin	Departamento de Administração e Finanças
Dept ADP	Departamento de Assuntos Democráticos e Políticos
Dept Ass Sv Jur	Departamento de Assuntos e Serviços Jurídicos
Dept Com RE	Departamento de Comunicações e Relações Externas
Dept D I	Departamento de Desenvolvimento Integral
Dept DH	Departamento de Direitos Humanos
Dept Seg Mult	Departamento de Segurança Multidimensional
Escr Sec Ger	Escritório do Secretário-Geral
Escr Sec Ger Adj	Escritório do Secretário-Geral Adjunto
F PAD	Fundação Panamericana para o Desenvolvimento
IIN	Instituto Interamericano da Criança
I I I	Instituto Indigenista Interamericano
I ICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
JAE	Junta de Auditores Externos
JID	Junta Interamericana de Defesa
Outras Ent Org	Outras Entidades e Organismos
Org Esp	Organismos Especializados
PAHO	Organização Panamericana da Saúde
PAIGH	Instituto Panamericano de Geografia e História
Reu CMRE	Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores
Sec Ger	Secretaria-Geral
T A	Tribunal Administrativo

ANEXO B

RELAÇÃO DOS PAÍSES AMERICANOS, ESTADOS-MEMBROS DA OEA, JID, CEA, CNI e SICOFFAA

Nr Ordem	ESTADO	OEA	JID	CEA	CNI	SICOFFAA
1	Antigua e Barbuda	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
2	Argentina	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
3	Bahamas	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
4	Barbados	SIM	SIM	**	NÃO	NÃO
5	Belize	SIM	NÃO	**	NÃO	NÃO
6	Bolívia	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
7	Brasil	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
8	Canadá	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
9	Chile	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
10	Colômbia	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
11	Costa Rica	SIM	SIM*	NÃO	NÃO	NÃO
12	Cuba	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
13	Dominica	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
14	El Salvador	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
15	Equador	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
16	Estados Unidos da América	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
17	Granada	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
18	Guatemala	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
19	Guiana	SIM	SIM	**	NÃO	NÃO
20	Haiti	SIM	SIM*	NÃO	NÃO	NÃO
21	Honduras	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
22	Jamaica	SIM	NÃO	**	NÃO	NÃO
23	México	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
24	Nicarágua	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
25	Panamá	SIM	SIM*	NÃO	**	SIM
26	Paraguai	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
27	Peru	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
28	República Dominicana	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
29	Saint Kitts e Nevis	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
30	Santa Lúcia	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
31	São Vicente e Granadinas	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
32	Suriname	SIM	SIM*	**	NÃO	NÃO
33	Trinidad e Tobago	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
34	Uruguai	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
35	Venezuela	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

* Membro não-ativo

** Observador

ANEXO C
GLOSSÁRIO

Glasnost	Em russo, quer dizer transparência. Plano que visava uma democratização do socialismo soviético. Nova relação entre o poder e a sociedade, sem censura.
Guerra Fria	Conflito ideológico entre EUA e URSS, em disputa pela hegemonia mundial, traduzido em corrida armamentista e perigo de confronto nuclear direto entre as duas superpotências.
OTAN (NATO)	Organização do Tratado do Atlântico Norte, surgida em abril de 1949, liderada pelos EUA e tinha suas bases nos países membros, principalmente, da Europa Ocidental.
Pacto de Varsóvia	Pacto dos países do Leste Europeu (comunistas), surgida em 1954. Era liderado pela URSS.
Paz Armada	Equilíbrio bélico entre EUA e URSS, durante a Guerra Fria.
Perestroika	Em russo, significa reconstrução. Indicava a necessidade de reformulação da economia soviética sobre novas bases. Plano econômico criado no governo Gorbachev que inicia a introdução do capitalismo na URSS.
Cortina de Ferro	Linha imaginária (ideológica) que dividia o mundo de norte a sul, em dois campos antagônicos. De um lado ficava o “Mundo Livre”, parte Ocidental, do outro ficavam os países que se alinhavam com a URSS e seus satélites, parte Oriental, esmagados pela tirania soviética.
Comecon	Organização econômica dos países comunistas, criada em 1949. Funcionou durante a Guerra Fria e era equivalente à União Européia. A contrapartida militar era o Pacto de Varsóvia.
Força Singular	Cada uma das Forças Militares que compõem as Forças Armadas de um país. (Exército, Marinha, Aeronáutica e Fuzileiros Navais, quando independentes)
Plano Marshall	Plano econômico elaborado e conduzido pelos EUA, para reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial.
Atividade Subsidiária	Atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas de alguns países sulamericanos para cooperar com o desenvolvimento nacional, apoiar a defesa civil, participar de campanha institucional de utilidade pública ou de interesse social, além de outras previstas em lei.